



CONCORRÊNCIA

Nº 95022/2026-SFIL

CONTRATANTE (UASG)

Município de Guarulhos

OBJETO

Contratação integrada de empresa especializada para elaboração dos projetos básico e executivo em metodologia BIM e execução das obras civis Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/09/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

REGIME DE EXECUÇÃO:

Contratação Integrada

MODO DE DISPUTA:

Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplicam as disposições do art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

**CONCORRÊNCIA Nº 95022/2026 - SFIL****PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1123.2025/0001348-0**

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. É parte integrante dos serviços:

1.2.1. O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao serviço descrito, na planilha do **ANEXO IV – Eventograma**;

1.2.2. O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;

1.2.3. O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município

1.2.4. Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme solicitação e modelo a ser fornecido pela fiscalização;

1.2.5. Instalação de canteiro de obras

1.2.6. Na entrega final dos produtos – relatórios, projetos e levantamentos – deverão ser entregues conforme Anexo III – Memorial Descritivo/Termo de referência.

1.3. As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

1.4. A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do **Memorial Descritivo/Termo de Referência - ANEXO III**, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste edital.



1.5. Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do **ANEXO IV – Eventograma**, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços Oficiais e acrescidos de BDI referencial de 25,00%, e mantidas as mesmas condições da presente licitação. Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo, entre as partes, retroagindo-os a data base do Eventograma.

1.6. A vigência contratual iniciar-se-á na data da assinatura do contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

1.7. O prazo para execução total dos serviços será de **12 (Doze) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.

1.8. O VALOR TOTAL ESTIMADO pela Administração para o objeto a ser contratado, **incluso o BDI referencial de 25,00% é de R\$ 8.573.456,77 (Oito milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos).**

1.8.1. Para a referida contratação, deverá ser prestada garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura do contrato. Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

1.9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E REGIME DE EXECUÇÃO:

1.9.1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 1548 – 0910.1545100111.007.07.1000356.449051.0837

1.9.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **contratação integrada**, na forma do artigo 46, V, da Lei nº. 14.133/21.

1.10. EMBASAMENTO LEGAL: O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.5.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

a) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a) O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



2.5.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

a) A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.12. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.5.4.** e **2.5.5.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. O disposto nos itens **2.5.4.** e **2.5.5.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

3.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a



usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.2.** ou **3.6.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

3.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.14.1.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos constantes no ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1. valor global;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1 Todos os valores deverão ser apresentados em Reais (R\$), incluído no preço global da proposta todos os custos, impostos, fretes e toda e qualquer despesa que vier a incidir sobre o objeto licitado, inclusive o BDI.



4.4.2. O preço proposto constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços mencionados no objeto desta licitação, incluindo BDI.

4.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.



5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3. deste Edital.

5.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2. deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.5.1 SICAF; e

5.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

5.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

5.6.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

5.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



5.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **3.6.** deste edital.

5.10. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

5.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

5.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

5.12.1. indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas;

5.12.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

5.13. Serão desclassificadas as propostas que:

5.13.1. contiverem vícios insanáveis;

5.13.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.13.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.13.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.13.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.14. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

5.15. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo II deste edital (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).



5.16. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.17. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT) conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.

5.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

5.19. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.19.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

5.19.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.19.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.20. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.20.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.20.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.20.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.20.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.21. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha



por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.22.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.22.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.22.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

5.22.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.22.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



5.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.25. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Comercial (NC) conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.26. Após análise das Propostas Técnica e Comercial (NT e NC), será estabelecida a Nota Final da Proposta (NF), de acordo com a média ponderada das valorações conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2. e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.28. Será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.28.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.28.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.30. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.



5.30.1 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.30.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.30.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.30.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.30.5. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

5.30.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.31. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.31.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

5.31.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.31.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.31.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

5.31.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



5.31.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.31.2.2. empresas brasileiras;

5.31.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.32. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.33. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.34. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

5.34.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.34.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.35. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

5.36. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.37. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

5.38. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.39. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



5.40. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.41. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.42. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

I. Jurídica;

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II. Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- a) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- b) registro ou inscrição na entidade profissional competente:
 - b1) Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos, junto a entidade competente (CREA/CONFEA ou CAU) da região a que estiverem vinculados.
 - b2) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a



entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.

c) indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

III. Fiscal, social e trabalhista;

a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

IV. Econômico-financeiro.

a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b1) Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

b2) Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

i) pelas sociedades anônimas: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou



fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

b3) A boa situação financeira será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (LG) superior ou igual a 1,00
- Índice de Liquidez Corrente (LC) superior ou igual a 1,00
- Índice de Solvência Geral (SG) superior ou igual a 1,00

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

b4) os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b5) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

V. - Documentação complementar

a) Declaração formal conforme ANEXO I – A

b) Declaração de cumprimento da lei estadual nº 12684/2007: Declaração formal elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não serão utilizados



produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.684/07 (**ANEXO I-C**).

c) Declaração de cumprimento da lei municipal 6.126/06: de que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6.126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores, conforme modelo (**ANEXO I-D**).

6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, autenticação digital ou a publicação em órgão da imprensa na forma da lei.

6.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



6.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.11.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia, acompanhado de Profissional da Secretaria de Infraestrutura Urbana, terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data da visita, junto ao Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana de , no horário das 09:00 às 11:00 e 14:00 às 16:00 através do e-mail obrasinfraestrutura@gmail.com a/c Talitha Yruama Teixeira Lacerda de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.11.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, o licitante poderá substituir o exigido no item 6.11, por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.13.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



6.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

6.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item , poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

6.16.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

6.16.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.16.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

6.16.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

6.16.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

6.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

6.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante



decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.14.1.

6.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.23. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- a) Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- b) A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- c) A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- d) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

6.24 No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:

- a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).



b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

b1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

b2) A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.24.1. Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

6.25. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

VI - Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.



a) O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

VII - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

VII a - O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.

VII b - Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

VIII - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7. DO TERMO DE CONTRATO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.3. Os prazos do item **7.2.** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico/Minuta de contrato.

7.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin (somente quando o recurso for de origem Federal) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.



9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. fraudar a licitação;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licita.guarulhos@gmail.com, podendo a sua confirmação ser feita através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP - CEP 07111-080.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

11.11. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

11.11.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.11.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

11.11.3. A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 30% do valor total do contrato.

11.11.3.1 Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.



11.12 A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

11.13. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

11.14. É facultada ao agente/comissão ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

11.15. Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas

ANEXO III – Memorial Descritivo e Termo de Referência

Anexo III – A– Estudo Técnico Preliminar

Anexo III – B – Anteprojeto

ANEXO IV – Eventograma

Anexo IV – A – BDI

Anexo IV – B – Acórdão

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 02 de junho de 2026

GLAUCO LUIZ SILVA
SUBSECRETÁRIO
Subsecretaria de Licitações e Contratos



1123.2025/0001348-0

ANEXO I

DECLARAÇÕES



ANEXO I - A

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA:

- a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



1123.2025/0001348-0

ANEXO I - B

MODELO DE DECLARAÇÃO APARELHAMENTO TÉCNICO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

.....

.....

.....

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



ANEXO I-C

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 12684/2007

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA não utilizar produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipo de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12684/2007.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



ANEXO I-D

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 6126/06

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo, ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO II

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

ANEXO II

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO - PROPOSTA TÉCNICA:

1. Proposta Técnica

1.1. A Proposta Técnica deverá estar detalhada e dela constar o Conhecimento do problema, Plano de trabalho, Experiência específica da Empresa e Equipe técnica da empresa.

1.2. A Proposta Técnica não poderá apresentar preços relativos à Proposta Comercial. A Licitante deverá apresentar uma única Proposta Técnica para o certame licitatório.

Conhecimento do problema (NT-1) – 30 Pontos

1.3. A LICITANTE deverá demonstrar que tem pleno conhecimento sobre o objeto contratual desta licitação, descrevendo as soluções técnicas e sistemas construtivos aplicáveis, além de metodologias inovadoras e/ou de domínio restrito do mercado, incluindo o conhecimento das peculiaridades inerentes as obras, ocupação e pós ocupação.

1.4. O Conhecimento do Problema deverá ser elaborado em texto claro e objetivo, ter seu texto apresentado, com até 30 (vinte) páginas, em fonte Arial 12, espaçamento 1,5, margem superior 2,5 cm, margem inferior 1,5 cm, margem esquerda 2, margem direita 1,5cm, atendendo ao especificado no Critérios de Julgamento das Propostas, item 10.

Plano de Trabalho (NT-2) – 20 Pontos

1.5. Deverá ser apresentada, por meio do Plano de Trabalho, a sequência de execução dos serviços de projetos e obras, em conformidade com o prazo estabelecido neste Termo de Referência, considerando o uso da Metodologia BIM na concepção, execução, gestão e planejamento.

1.6. O Plano de Trabalho deverá demonstrar coerência com as características do objeto incluindo a descrição dos softwares de planejamento e controle que serão empregados em todas as atividades previstas, dentro da plataforma BIM, visando garantir a interoperabilidade dos referidos softwares.

1.7. Deverá, ainda, constar do Plano de Trabalho o Cronograma de Gant constando correlações e interdependências das atividades, bem como Linha de Balanço compatível com o objeto a ser contratado, incluindo histograma de mão de obra e equipamentos, organograma da equipe operacional, administrativa e de gestão, programa de qualidade, gestão de resíduos, licenças e alvarás.

1.8. A análise do Plano de Trabalho observará os critérios de julgamento previstos no edital, conforme preconiza o art. 6º, inciso XXIII, e o art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.9. O Plano de Trabalho deverá ser elaborado em texto claro e objetivo, apresentado com até 20 (vinte) páginas, em fonte Arial 12, espaçamento 1,5, margem superior 2,5 cm, margem inferior 1,5 cm, margem esquerda 2, margem direita 1,5, atendendo ao especificado nos Critérios de Julgamento das Propostas, item 10.

1.10. O texto descritivo do Conhecimento do Problema e do Plano de Trabalho, está limitado a 50 (cinquenta) páginas tamanho A4. Para fotos, mapas, fluxogramas, diagramas, gráficos, quadros e desenhos, será permitida a utilização de páginas no formato A3, que serão computadas como 01 (uma) página, bem como a utilização de fonte Arial não menor que 7.

1.11. Os atestados e Currículos não serão computados no total de páginas indicado acima, onde cada currículo deverá ser limitado ao máximo de 3 (três) páginas tamanho A4.

Capacidade Técnica da Licitante (NT-3) – 30 Pontos

1.12. A LICITANTE deverá comprovar sua capacidade técnica e experiência na execução de serviços correlatos àqueles descritos no objeto deste Termo de Referência.

1.13. A comprovação deverá ser realizada por meio de atestados de capacidade técnica específicos, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente registrados em entidade profissional competente, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU, em nome da empresa licitante.

1.14. A Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos adicionais sobre os documentos apresentados na Proposta Técnica. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo estipulado, sob pena de desconsideração das informações para fins de avaliação técnica.

1.15. Serão considerados, para o cálculo da pontuação técnica, exclusivamente os elementos definidos no item 10. Critérios para Julgamento da Proposta técnica, subitem "Capacidade Técnica da Licitante", não sendo admitida a inclusão de documentos ou informações não previstas expressamente no referido critério.

Equipe Técnica da Empresa (NT-4) – 20 Pontos

1.16. Deverá ser apresentada a relação nominal dos profissionais de nível superior que comporão a Equipe-Chave, com a devida indicação das funções a serem desempenhadas por cada membro, acompanhada da autorização formal para sua indicação, dos documentos comprobatórios de formação acadêmica, da experiência profissional e da inscrição no respectivo conselho de classe, quando aplicável.

1.17. A equipe deverá incluir profissionais com comprovada experiência na execução de serviços de natureza semelhante aos objetos deste certame, de modo a evidenciar a capacidade técnica da licitante para a execução contratual pretendida.

1.18. A comprovação da qualificação técnica dos profissionais indicados será considerada para fins de análise da proposta, em conformidade com os critérios de julgamento estabelecidos no edital, atendendo ao disposto nos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que se refere à demonstração da aptidão técnica e à exigência de qualificação do pessoal responsável pela execução dos serviços.

2. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA (60%)

Critérios

2.1. Atendido integralmente: Serão classificados nesta qualificação os itens em que a licitante apresente conteúdo que supere as exigências mínimas e se mantenha plenamente aderente ao Termo de Referência da Proposta Técnica, evidenciando domínio amplo e aprofundado dos temas do objeto. Além disso, deverão constar propostas de inovação e métodos de trabalho mais eficazes e eficientes, contemplando tanto aspectos práticos quanto fundamentos teóricos, aplicáveis à execução dos serviços. As proposições devem comprovar desempenho acima das expectativas iniciais do órgão, com potencial de aprimorar os processos gerenciais e os mecanismos de acompanhamento da elaboração de projetos pela Administração. Exige-se abordagem completa, sustentada por informações técnicas pertinentes e robustas, que demonstrem elevada capacidade de análise técnica.

2.2. Atendimento Parcialmente: Enquadram-se nesta faixa os itens de avaliação em que a proponente apresente conteúdo superior às exigências mínimas e totalmente aderente ao Termo de Referência da Proposta Técnica, demonstrando domínio amplo e aprofundado dos temas envolvidos. Devem constar propostas de aprimoramento metodológico, estratégias de atuação conforme as diretrizes, formas de apresentação de resultados e arranjos

organizacionais que evidenciem, de maneira inequívoca, ganho expressivo de qualidade nos serviços a executar, em relação às expectativas iniciais. Consideram-se ainda adequadas as abordagens amparadas por informações técnicas suficientes para a devida caracterização do objeto.

2.3. Não atendido: Enquadram-se nesta categoria os critérios para os quais a licitante: a) não apresenta as informações e proposições mínimas exigidas; b) apresenta dados ou propostas com inconsistências, erros ou lacunas que revelem domínio insuficiente dos temas; ou c) demonstra os conhecimentos necessários, porém em desacordo com as condições fixadas no Termo de Referência deste Edital.

Conhecimento do Problema – NT-1

2.4. As notas atribuídas ao Conhecimento do Problema terão base nos seguintes conceitos.

QUADRO 1.A CONHECIMENTO DO PROBLEMA (Pontuação máxima: 30,0 pontos)				
ÁREA DE AVALIAÇÃO		PONTUAÇÃO		
		NÃO ATENDIDO	ATENDIMENTO PARCIALMENTE	ATENDIMENTO INTEGRALMENTE
	A LICITANTE deverá demonstrar que tem pleno conhecimento sobre o objeto contratual desta licitação, descrevendo as soluções técnicas e sistemas construtivos aplicáveis, além de metodologias inovadoras e/ou de domínio restrito do mercado, incluindo o conhecimento das peculiaridades inerentes as obras, ocupação e pós-ocupação de mercados.	0,00	15,00	30,00

Plano de Trabalho – NT-2

2.5. As notas atribuídas ao Plano de Trabalho terão base nos seguintes conceitos.

QUADRO 2.A PLANO DE TRABALHO (Pontuação máxima: 20,0 pontos)				
ÁREA DE AVALIAÇÃO		PONTUAÇÃO		
		NÃO ATENDIDO	ATENDIMENTO PARCIALMENTE	ATENDIMENTO INTEGRALMENTE
	a LICITANTE deverá demonstrar a sequência de execução dos serviços de projetos e obras, em conformidade com o prazo estabelecido neste Termo de Referência, considerando o uso da Metodologia BIM na concepção, execução, gestão e planejamento	0,00	10,00	20,00

Capacidade Técnica da Licitante - NT-3

2.6. As notas atribuídas a Capacidade Técnica da Licitante terão base nos seguintes conceitos.

QUADRO 3.A CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE (Pontuação máxima: 30,0 pontos)	
Concepção de Projetos, Gestão e Planejamento na metodologia BIM	Pontuação
1 ≥ 2 Disciplinas	2,00
3 ≥ 5 Disciplinas	5,00
6 ≥ 8 Disciplinas	10,00
9 ≥ 10 Disciplinas	15,00
Execução de Obras de Natureza Similar (Armazéns Públicos, Equipamentos Municipais de Segurança Alimentar, Depósitos Municipais, Galpões Logísticos, Centrais de Distribuição ou Obras com Função Equivalente)	Pontuação
Obras com área construída entre 200 e 500 m²	2,00
Obras com área construída entre 501 e 1.000 m²	5,00
Obras com área construída entre 1.001 e 2.000 m²	10,00
Obras com área construída acima de 2.000 m²	15,00
PONTUAÇÃO TOTAL	30,00

Equipe Técnica da Empresa - NT-4

2.7. As notas atribuídas a Equipe Técnica da Empresa terão base nos seguintes conceitos.

QUADRO 4.A EQUIPE TÉCNICA DA EMPRESA (Pontuação máxima: 20,0 pontos)	
Coordenador de Projeto	Pontuação
2 ≥ 5 anos	5,00
6 ≥ 10 anos	10,00
Coordenador Técnico Social	Pontuação
2 ≥ 4 anos	5,00
5 ≥ 8 anos	10,00
PONTUAÇÃO TOTAL	20,00

NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA (60%)

3. O resultado máximo possível no somatório das parcelas é igual a 100 (cem) pontos.

$$\mathbf{NPT = NT-1 + NT-2 + NT-3 + NT-4}$$

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL (40%)

4.1. As propostas comerciais serão julgadas pelo Agente/Comissão, de acordo com as análises realizadas por Equipe Técnica de Apoio.

4.2. Serão desclassificadas as propostas comerciais que:

4.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

4.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no edital desta licitação, ou que os apresente em desacordo com este edital;

4.2.3. Ofertarem vantagem não prevista no edital e/ou preço ou vantagem baseada na proposta de outra participante;

4.2.4. Apresentar preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;

4.2.5. Apresentarem quantidades de horas técnicas e serviços superiores aos previstos no Orçamento de Referência constante do Anexo deste edital;

4.2.6. Ofertarem valores unitários e/ou totais superiores àqueles constantes no Anexo deste edital;

4.2.7. Apresentem preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, salários de mercado (tendo como mínimo, o valor determinado como piso da categoria profissional ou econômica) e benefícios, conforme legislação trabalhista e instrumentos coletivos, acrescidos dos respectivos encargos, também fixados em lei, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.3. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na proposta de preço serão corrigidos pelo Agente/Comissão que poderá no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não alterem a substância das propostas.

4.4. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

4.4.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme anexo deste edital;

4.4.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

4.4.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

4.5. A inexequibilidade só será considerada após diligência do Agente/Comissão que comprove:

4.5.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

4.5.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

4.6. O cálculo da "Nota da Proposta Comercial" (NC) de cada licitante será realizado conforme definido na fórmula abaixo:

$$NC = \frac{100P_{\text{máx}} - 90P_{\text{mín}} - 10VP}{P_{\text{máx}} - P_{\text{mín}}}$$

Onde:

NC = Nota da Proposta Comercial de cada Licitante;

P_{máx} = Proposta comercial classificada, com maior valor ofertado;

P_{mín} = Proposta comercial classificada, com menor valor ofertado;

VP = Proposta comercial em análise.

4.7. A Nota da Proposta Comercial (NC) atribuída à Proposta Comercial fica limitada a 100 (cem) pontos.

4.8. As Notas da Proposta Comercial (NC) obtidas serão arredondadas até a segunda (2ª) casa decimal, de acordo com os critérios da ABNT NBR-5891:2014 - "Regras de Arredondamento, na numeração decimal".

DO JULGAMENTO FINAL

5. O cálculo da Nota Final (NF) dos licitantes será obtido por meio do cálculo da média ponderada entre a Pontuação Técnica e a Pontuação Comercial, obedecendo a seguinte fórmula:

$$NF = 0,6 \times NT + 0,4 \times NC$$

Onde:

NF = Nota Final da Proposta;

NT = Nota da Proposta

Técnica;

NC = Nota da Proposta Comercial.

5.1. As Notas Finais (NF) calculadas serão arredondadas até a segunda (2ª) casa decimal, de acordo com os critérios da ABNT NBR 5891:2014 – "Regras de Arredondamento na numeração decimal".

5.2. A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final (NF).



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO E TERMO DE REFERÊNCIA

Memorial Descritivo

Especificações Técnicas



Índice Geral

I. INTRODUÇÃO.....	4
1. Considerações Gerais	4
2. Normas	4
3. Qualidade dos Serviços e Materiais	5
4. Materiais e Equipamentos	5
5. Dúvidas	5
II. PARTIDO ARQUITETÔNICO E PROGRAMA	5
III. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	6
1. Serviços Preliminares	6
1.1. Instalação do Canteiro	6
1.2. Locação de Obra	6
2. Fundações	7
2.1. Impermeabilização das Fundações	7
3. Estrutura	8
3.1. Concreto pré-moldado	8
4. Alvenarias Não Estruturais	8
5. Forro	9
6. Cobertura	9
6.1. Estrutura.....	9
6.2. Telhamento	9
6.3. Rufos e Calhas	9
7. Revestimento	10
7.1. Revestimento Interno.....	10
7.2. Vedação e Acabamento externo.....	12
7.3. Condições de Execução	12
8. Escada	13
8.1. Patamares e degraus.....	13
8.2. Corrimão	13
9. Pisos	13
9.1. Piso Interno	13
9.2. Piso Externo.....	15
9.3. Impermeabilização	15
9.4. Condições Gerais	16
10. Reserva de Água Potável	17
11. Esquadrias Metálicas.....	17
11.1. Janelas.....	17
11.2. Peitoris	17
11.3. Portas.....	17
11.4. Batentes	17
11.5. Especificações Gerais	17
12. Esquadrias de Madeira	19
12.1. Portas.....	19
12.2. Especificações Gerais	20
13. Vidros.....	20
14. Pintura.....	20
14.1. Acabamento da Vedação Externa	20
14.2. Paredes internas e forros.....	22
14.3. Portas de madeira.....	22
14.4. Portas da Câmara Fria.....	24
14.5. Rufos, Calhas e Acabamento de juntas de dilatação	24
14.6. Condições Gerais	24



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

15. Selagem de “shafts” – Compartimentação de áreas de risco	25
16. Aparelhos e Metais Sanitários	25
16.1. Metais.....	25
16.2. Condições Gerais	25
17. Instalações Hidráulicas Prediais.....	26
17.1. Instalações Hidráulicas	26
17.2. Especificações de Materiais e Equipamentos	29
17.3. Especificações de Serviços e Montagens	32
18. Instalações Elétricas	35
19. Sistemas de segurança no trabalho para manutenção predial	36
20. Limpeza Final.....	37



I. INTRODUÇÃO

1. Considerações Gerais

O presente Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas tem como objetivo definir e esclarecer as características técnicas adotadas para a estimativa de custos das obras previstas no Anteprojeto integrante do certame.

A Proponente participante, doravante denominada “Proponente”, deverá utilizar o anteprojeto fornecido como base e seguir integralmente todas as especificações aqui apresentadas, realizando as adequações necessárias ao sistema construtivo que venha a adotar.

Nos casos em que a proposta técnica preveja alterações no sistema construtivo indicado neste documento, os projetos apresentados deverão conter todos os elementos e especificações técnicas suficientes para sua caracterização, avaliação e posterior aprovação pela Prefeitura.

Assim, o anteprojeto fornecido pela Prefeitura deverá ser tratado como referência para a elaboração das propostas, devendo a Proponente apresentar todos os elementos técnicos exigidos, necessários à avaliação dos projetos e do desempenho das edificações. Tais elementos deverão detalhar as características básicas do processo construtivo e dos materiais a serem empregados.

Todos os materiais, serviços e processos construtivos propostos deverão ser submetidos à apreciação e aprovação da Prefeitura, atendendo às normas técnicas aplicáveis.

Durante a execução da obra, a Proponente deverá utilizar, nas partes não afetadas pelo processo construtivo já aprovado pela Prefeitura, produtos que atendam às características estipuladas nas especificações e que possuam desempenho comprovado por laboratórios acreditados pelo INMETRO, submetendo-os à aprovação da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

O projeto a ser apresentado poderá ser modificado e/ou acrescido a qualquer tempo a critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Guarulhos que, de comum acordo com a Proponente, fixará as implicações e acertos decorrentes, visando a boa continuidade da obra.

Caso sejam necessárias modificações ou complementações durante a execução, caberá à Proponente elaborar o projeto detalhado dessas alterações e submetê-lo à apreciação da área de projetos da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

2. Normas

Todos os materiais e suas aplicações/instalações devem atender conformidade com as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, sempre na versão vigente.



Em ambientes de permanência prolongada e quando exigidos por órgão licenciador, deverão ser feitos testes de desempenho acústico e térmico no local do empreendimento onde o edifício será implantado, de modo a atingir os índices estabelecidos nas normas específicas para cada quesito, incluso mas não somente à NBR 15575

3. Qualidade dos Serviços e Materiais

Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as boas práticas de engenharia, atendendo rigorosamente aos critérios de aceitação e rejeição estabelecidos pelas Normas Técnicas vigentes.

A aplicação dos materiais será supervisionada de forma rigorosa pela equipe de fiscalização da Prefeitura Municipal de Guarulhos, sendo recusados aqueles que apresentarem qualidade inferior à especificada. Em caso de dúvida, a equipe de fiscalização poderá exigir a realização de ensaios ou a apresentação de demais comprovações necessárias, tais como ensaios laboratoriais ou relatórios técnicos.

4. Materiais e Equipamentos

Os materiais e equipamentos serão transportados e estocados sob responsabilidade da Proponente.

Todos os materiais e equipamentos, bem como a energia elétrica e água necessários para execução dos trabalhos serão a cargo da Proponente.

5. Dúvidas

No caso de dúvidas, os proponentes deverão procurar os esclarecimentos junto à Secretaria de Infraestrutura Urbana – SIURB da Prefeitura de Guarulhos, devendo todas as dúvidas serem sanadas antes da apresentação das propostas.

Durante a execução das obras, a Prefeitura Municipal de Guarulhos manterá no canteiro uma equipe de acompanhamento, responsável por esclarecer eventuais dúvidas e fornecer ao executor as informações e detalhes adicionais necessários à realização dos trabalhos.

II. PARTIDO ARQUITETÔNICO E PROGRAMA

O programa funcional apresentado no Anteprojeto fornecido foi elaborado para o empreendimento em questão, considerando sua inserção no contexto urbano, o conforto ambiental dos futuros usuários, o perfil dos munícipes beneficiados e demais aspectos relevantes.



A forma da edificação foi inspirada no conjunto de galpões antigos de comércio. A utilização de telhas metálicas como vedação externa foi feita para trazer modernidade à forma arquitetônica. É imprescindível que os espaços externos sejam desenvolvidos como áreas públicas com possibilidade de uso multifuncional e de conexão entre os cidadãos, servindo, por exemplo, como pequenas praças, área pet ou parque infantil.

Na implantação do Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso é prevista uma edificação de dois pavimentos, térreo e piso inferior, com o objetivo principal de ofertar produtos de primeira necessidade para a população, possuindo, portanto, espaço de loja com previsão para geladeiras e freezers, padaria, salas para assistente social, nutricionista e administração, fraldário, sanitários feminino e masculino, copa e salas de cursos. No piso inferior, D.M.L., estoque com sala de controle de entrada de produtos e acesso à doca, câmara fria e de congelados, refeitório e vestiários feminino e masculino. Os níveis são conectados através de elevador de passageiros e escada, contendo também acessos separados para cada pavimento.

III. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As presentes especificações têm como objetivo definir as diretrizes gerais e estabelecer as características técnicas a serem seguidas na execução das obras e serviços destinados à construção do Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso. Todos os materiais utilizados, bem como suas instalações, deverão estar em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT vigentes.

Compete à Proponente a responsabilidade integral pelo levantamento de todos os materiais necessários à execução dos serviços previstos em escopo, conforme indicado nos desenhos, incluindo os itens complementares indispensáveis à conclusão da obra, estejam ou não representados nos projetos. Também será de sua responsabilidade o fornecimento, transporte, armazenagem e manuseio de todos os materiais durante a execução da obra.

1. Serviços Preliminares

1.1. Instalação do Canteiro

Deverão ser aprovadas, junto ao setor de obras da Prefeitura, as instalações do canteiro propostas pela Proponente.

1.2. Locação de Obra

A locação da obra do Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso será realizada conforme os projetos aprovados, respeitando alinhamentos, recuos e níveis definidos pela legislação urbanística, mediante procedimento previamente aprovado pela Prefeitura e sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.



O estudo apresentado possui caráter referencial, tendo sido definido com base nas informações disponíveis na presente fase de desenvolvimento, considerando as características topográficas do terreno e as restrições legais conhecidas.

Na fase de elaboração do Projeto Básico e do Projeto Executivo, a empresa contratada deverá proceder à verificação completa das condições reais do terreno, bem como à identificação, compatibilização e atendimento de todas as limitações legais e normativas incidentes, incluindo, mas não se limitando a: faixas non aedificandi, recuos obrigatórios, áreas destinadas a desapropriação e eventuais condicionantes urbanísticas, ambientais e viárias.

As adequações necessárias e ajustes para melhor implantação para atendimento dessas condicionantes deverão ser integralmente absorvidas pela empresa contratada, não implicando em alteração do escopo contratual, prorrogação de prazos ou acréscimo de custos para a Administração Pública.

2. Fundações

Deverá ser elaborado, por engenheiro geotécnico, relatório geotécnico e projeto executivo de fundações, compatíveis com as exigências da NBR 6122 e com o projeto arquitetônico previamente aprovado, desenvolvido pela Proponente, para análise e aprovação da Prefeitura Municipal de Guarulhos. Esse parecer deverá conter os seguintes elementos:

- Locação das edificações e dos furos de sondagem;
- Relatórios individuais das sondagens;
- Descrição geotécnica do local;
- Definição da planta de cargas verticais e horizontais da edificação, compatibilizada com o projeto arquitetônico aprovado, considerando os usos previstos e as solicitações atuantes (cargas permanentes, variáveis e acidentais, compatíveis com uso de armazém);
- Indicação do tipo de fundação para a edificação;
- Especificação dos tipos a serem utilizados (estaca pré-moldada, escavada, etc.), recomendações para a execução, características básicas e elementos de composição de cada tipo de fundação;
- Estimativa de recalque.

As vigas de concreto da fundação deverão estar com sua face superior totalmente em nível com ferros de arranque posicionados conforme projeto.

São de inteira responsabilidade da Proponente a locação, segurança, estabilidade e durabilidade das fundações.

2.1. Impermeabilização das Fundações



Todas as faces laterais dos blocos, vigas baldrame e alvenarias em contato com o solo deverão receber chapisco de cimento e areia, no traço 1:3, seguido de argamassa de cimento e areia, também no traço 1:3, com espessura de 3 cm, aditivada com impermeabilizante hidrofugante, conforme NBR 16072 e NBR 10908, na dosagem indicada pelo fabricante. Após a secagem, deverão ser aplicadas duas demãos de pintura betuminosa, respeitando-se o intervalo de secagem entre cada demão.

3. Estrutura

Os parâmetros de projeto e o dimensionamento das estruturas devem ser adequados ao local de implantação do edifício.

Todos os elementos estruturais dos projetos a serem desenvolvidos deverão ser dimensionados levando-se em consideração essa classificação. As resistências dos materiais deverão ser indicadas no projeto estrutural.

3.1. Concreto pré-moldado

Caso se adote sistema construtivo de concreto pré-moldado, pilares, vigas, lajes e demais elementos estruturais deverão ser produzidos em ambiente industrial controlado e montados no local da obra, de acordo com projetos executivos específicos e normas técnicas vigentes da ABNT, em especial a NBR 9062 (Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado), NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto), NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto) e normas correlatas.

Os elementos estruturais deverão ser dimensionados para atender às cargas permanentes, variáveis e acidentais compatíveis com o uso como armazém, incluindo cargas de estocagem, equipamentos, armazenamento, apoio logístico e sobrecargas de uso institucional com cargas operacionais elevadas. A solução estrutural deverá contemplar dois pavimentos, assegurando estabilidade global, rigidez, durabilidade e desempenho estrutural ao longo da vida útil da edificação.

Os pilares, vigas e lajes pré-moldadas deverão apresentar resistência característica do concreto adequada ao projeto estrutural, com controle tecnológico rigoroso, rastreabilidade de fabricação e inspeção visual e dimensional prévia à montagem. As ligações entre os elementos pré-moldados deverão ser detalhadas de forma a garantir a transferência adequada de esforços, podendo incluir dispositivos metálicos, chumbadores, grauteamento estrutural e soldas, conforme previsto em projeto executivo.

4. Alvenarias Não Estruturais

As paredes internas não estruturais do armazém, quando previstas em projeto, serão executadas em blocos de concreto ou outro sistema construtivo compatível com o uso e a função dos ambientes, desde que previamente aprovados pela Prefeitura, estes deverão ser assentados com juntas em amarração, conforme indicado no projeto arquitetônico.



Quando executadas em alvenaria de blocos, estes deverão ser assentados com juntas em amarração, observando-se rigorosamente o alinhamento, prumo, nivelamento e o adequado acabamento das superfícies, garantindo compatibilidade com os revestimentos e sistemas de instalações previstos.

Em áreas sujeitas à umidade ou lavagem, as três primeiras fiadas, contadas a partir do nível do contrapiso, deverão ser assentadas com argamassa composta de cimento, cal e areia, aditivada com impermeabilizante hidrofugante, conforme especificação de projeto.

As aberturas, reentrâncias, vergas, reforços, fixações e elementos de ancoragem deverão ser executados de acordo com os projetos executivos correspondentes e com as normas técnicas vigentes.

A passagem de instalações elétricas, hidráulicas e complementares deverá respeitar o sistema construtivo adotado, garantindo a integridade das paredes e a manutenção do desempenho técnico exigido. Quando aplicável, a execução de rasgos ou cortes em elementos de alvenaria deverá ser realizada de forma controlada, com o uso de equipamentos adequados.

5. Forro

Não haverá forro onde as lajes aparentes de piso do andar superior e, no segundo andar, da cobertura suprirem as necessidades funcionais. Deverá ser previsto forro de gesso nos banheiros, salas de cursos e demais ambientes onde houver exigência funcional.

6. Cobertura

A cobertura será executada também em telha metálica tipo sanduíche, dimensionada para garantir isolamento térmico adequado, escoamento eficiente das águas pluviais e resistência às cargas de vento. O sistema de fixação deverá respeitar o espaçamento máximo entre apoios e prever dilatação térmica dos materiais metálicos.

6.1. Estrutura

A estrutura de cobertura poderá ser prevista em estrutura metálica, possuindo tratamento anticorrosivo, pintura industrial adequada ao ambiente urbano e resistência compatível com ações de vento previstas em normas compatíveis. Todas as peças deverão ser galvanizadas por imersão a quente ou contar com sistema de pintura anticorrosiva equivalente, conforme classe de agressividade ambiental.

6.2. Telhamento

A cobertura das edificações será em telha metálica tipo sanduíche, com inclinação e espessura obedecendo às recomendações do fabricante.

6.3. Rufos e Calhas



Quando do encontro com a vedação vertical, será obrigatória a instalação de rufo de aço galvanizado calafetado. As calhas serão em concreto pré-moldado, visando a facilidade de manutenção posterior pela Administração Pública.

7. Revestimento

Os traços das argamassas explicitados nesse item são referenciais devendo ter suas características técnicas verificadas a cada empreendimento/dosagem.

Recomendações:

ITEM	REQUISITO	ESPECIFICAÇÃO	REFERÊNCIA
ARGAMASSA DE REVESTIMENTO	Resistência à compressão	Classe P4 (4,0 a 6,0 Mpa)	NBR 13281 Recomendação IPT
	Resistência à tração na flexão	Classe R3 (1,5 a 2,7 Mpa)	
	Coeficiente de capilaridade	Classe C4 (3,0 a 7,0 g/dm ² min ^{1/2})	
	Retenção de água	Classe U3 (80 a 90%)	
	Resistência Potencial de aderência à tração (interno)	Resistência de aderência mínima de 0,2 MPa no caso de acabamento em pintura; e 0,3MPa quando emboço para assentamento de azulejo.	
	Resistência Potencial de aderência à tração (externo)	Resistência de aderência mínima de 0,3MPa.	
	Não ocorrência de eflorescências	Atender ao requisito por recomendação do IPT.	
ARGAMASSA DE REVESTIMENTO COM ADITIVO HIDROFUGANTE (barra impermeável de parede)	Tempo de pega	De 1hr a 1hr30	NBR 13281 NBR 16072 MCOS-SM
	Resistência à penetração de água sob pressão	Mínimo 5 m.c.a.	
	Tensão de aderência	Mínimo 0,3MPa	
	Características do aditivo	PH/Teor de sólidos/massa específica do aditivo hidrofugante,	

7.1. Revestimento Interno

7.1.1. Áreas Internas do Armazém (Pavimento Térreo e Inferior)

Nas áreas administrativas, as alvenarias internas do Armazém, tanto no pavimento térreo quanto no inferior, serão revestidas com argamassa composta de cimento, cal e areia peneirada. Quando a alvenaria for executada com blocos de concreto, o revestimento será



aplicado diretamente sobre sua superfície; quando executada com blocos cerâmicos, deverá ser previamente aplicada base de chapisco de cimento e areia, no traço 1:3.

O revestimento será executado de forma contínua, garantindo superfícies planas, apuradas e niveladas, adequadas ao uso operacional do edifício. Nas áreas secas, o acabamento final será realizado com massa acrílica aplicada sobre o revestimento, em camada fina, utilizando desempenadeira de aço lisa, proporcionando superfície regular e de fácil manutenção. A espessura total do revestimento deverá ser no mínimo 20 mm e máximo 25 mm.

Quando especificado o uso de massa de gesso como revestimento interno, esta deverá ser aplicada em espessuras adequadas, diretamente sobre alvenaria de blocos de concreto ou cerâmicos, desde que as superfícies estejam previamente regularizadas. As paredes deverão apresentar-se niveladas e apuradas, e eventuais imperfeições deverão ser corrigidas com a aplicação de reboco. A superfície final deverá estar concluída sem rebarbas ou fissuras, sendo estas, quando existentes, devidamente tratadas antes da aplicação do gesso.

Os encontros entre paredes e entre paredes e tetos deverão permanecer perfeitamente apurados ou nivelados, podendo ser regularizados com argamassa em faixa mínima de 20 cm, ajustada em direção ao centro do ambiente, quando necessário.

7.1.2. Áreas Molhadas e de Apoio Operacional

As paredes das áreas molhadas e de apoio operacional, tais como sanitários, refeitório, Depósitos de Material de Limpeza (D.M.L.), áreas de limpeza e demais ambientes que demandem maior resistência à umidade e facilidade de higienização, serão revestidas com revestimento cerâmico até o teto, em tonalidades claras, como branco, areia ou gelo.

A resistência de aderência superficial do emboço destinado a receber o revestimento cerâmico deverá ser igual ou superior a 1 MPa, conforme estabelecido pela NBR 15825. As peças cerâmicas não poderão apresentar defeitos superficiais, variações de tonalidade, empenos ou irregularidades dimensionais.

O assentamento será realizado com argamassa colante adequada, em juntas prumo e com espessura conforme as especificações do fabricante. Após o período de cura indicado, será executado o rejuntamento, que deverá apresentar acabamento uniforme, sem falhas ou excesso de material.

A execução do revestimento cerâmico somente poderá ser iniciada após a completa pega da argamassa de assentamento da alvenaria e do chapisco, quando aplicável. Em paredes com tubulações hidráulicas, o revestimento somente será executado após o embutimento das instalações e a realização dos testes de estanqueidade.



7.2. Vedação e Acabamento externo

A vedação externa do armazém será executada por meio de painéis metálicos tipo telha termoacústica (telha sanduíche), com núcleo isolante e acabamento externo em pintura eletrostática, conforme especificações do projeto arquitetônico e estrutural.

Os painéis deverão ser fixados à estrutura por meio de sistemas de fixação apropriados, garantindo estanqueidade, estabilidade, durabilidade e adequado desempenho térmico e acústico da edificação.

As junções entre painéis, bem como os encontros entre vedação vertical e cobertura, deverão receber arremates metálicos do tipo rufos, pingadeiras e peças de acabamento, em aço galvanizado, devidamente calafetados, assegurando a proteção contra infiltrações, a correta condução das águas pluviais e o adequado acabamento do sistema, em conformidade com a estética definida no anteprojeto integrante do certame.

Todos os componentes metálicos aparentes deverão possuir tratamento anticorrosivo e acabamento compatível com o ambiente de uso, conforme especificações do fabricante e normas técnicas vigentes.

A execução da vedação externa deverá respeitar rigorosamente os detalhes construtivos previstos em projeto, assegurando o correto alinhamento, prumo, fixação e vedação do sistema.

7.3. Condições de Execução

Antes da execução dos revestimentos, todas as instalações elétricas e hidráulicas deverão estar concluídas, testadas e devidamente protegidas. As superfícies de aplicação deverão estar isentas de poeira, crostas de argamassa endurecida, manchas de óleo, graxa ou quaisquer contaminantes, e devidamente umedecidas.

As instalações elétricas deverão estar finalizadas, com a utilização de caixas de passagem e quadros de distribuição em PVC ou metálicos, devidamente protegidos contra corrosão, a fim de evitar manchas nos revestimentos em gesso. As instalações hidráulicas deverão estar prontas e testadas, e paredes hidráulicas ou de divisa com áreas molhadas deverão receber tratamento adequado, de modo a evitar que eventuais vazamentos comprometam o acabamento.

Ralos, louças sanitárias e pisos já executados deverão ser protegidos com lona plástica antes da aplicação dos revestimentos. O contrapiso deverá estar concluído de forma a facilitar a limpeza final dos ambientes, não sendo permitida a execução do piso final antes da conclusão dos revestimentos verticais. No caso de aplicação prévia de azulejos ou pisos cerâmicos, estes deverão estar devidamente rejuntados e protegidos, de modo a impedir a penetração de material excedente nas juntas.



As requadrações de vãos deverão estar concluídas em perfeito prumo e nível. Eventuais rebarbas de concreto, argamassa ou elementos metálicos expostos deverão ser removidas com espátula e escova de aço, sendo as partes metálicas posteriormente recobertas com argamassa de regularização, a fim de evitar manchas por oxidação.

As superfícies deverão ser limpas, removendo-se todo o pó, materiais soltos com escova de aço e vassoura garantindo ainda a remoção de desmoldante das superfícies de concreto. Juntas verticais entre blocos com abertura superior a 5 mm deverão ser preenchidas com argamassa apropriada.

Sobre superfícies de concreto, deverá ser aplicada, no dia anterior à execução do revestimento, uma demão de chapisco ou produto de aderência equivalente. Todas as caixas de passagem das instalações elétricas, pontos hidráulicos e demais aberturas deverão estar devidamente protegidas.

A areia usada será do tipo médio, lavada, não se permitindo o uso de areia de cava ou salitrada. Deverá ser certificada pela Secretaria do Meio Ambiente e apresentada a origem.

Todos os procedimentos de execução dos revestimentos, tanto manuais quanto mecanizados, deverão atender às disposições da NBR 16618 e às demais normas técnicas aplicáveis.

8. Escada

8.1. Patamares e degraus

Os patamares e os degraus da escada deverão ser em concreto maciço, moldados “in loco” ou pré-moldadas.

8.2. Corrimão

Os corrimãos deverão ser compostos por tubo Ø38, espessura de 1,5mm, barra chata 1½”X1/4”, chapas de arremate intermediárias de (70X35X3,0) mm, e disco de arremate de ponto inicial e final de (Ø80X3,0) mm. Todos esses elementos deverão ser em aço inox e fixados na alvenaria através de parafusos de (4,8X38) mm. e buchas plásticas nº 8. Deverão ainda, atender aos parâmetros da NBR 9050 no que tange à acessibilidade.

9. Pisos

9.1. Piso Interno

9.1.1. Contrapiso

O sistema de piso deverá ser compatível com as cargas operacionais previstas para áreas de estocagem, circulação de equipamentos, câmaras frias e doca. A depender das recomendações do relatório geotécnico e de fundações, caso não seja necessária a utilização de laje de piso armada no pavimento térreo, a execução do contrapiso poderá



ser feita sobre o solo perfeitamente apiloado, nivelado com lastro de brita de 5cm. Sob esse contrapiso de todos os ambientes, exceto nas calçadas e no estacionamento onde há piso intertravado, deverá ser colocada lona plástica de face preta com espessura de 200 micra.

Antes de espalhar o concreto do contrapiso sobre a lona já deverão ter sido colocadas as canalizações que devem passar por baixo do mesmo. O contrapiso do térreo será em concreto com, no mínimo, 7 cm de espessura - a depender do relatório geotécnico/estrutural -, desempenado, com aditivo impermeabilizante hidrofugante a ser utilizado como prescrito pelo fabricante; na região do reservatório será com 20cm de espessura. Dependendo das condições do solo, o contrapiso deve ser convenientemente armado. Todo o concreto deve ser perfeitamente nivelado.

Nos pavimentos superiores deverá ser executado capeamento da base devidamente desempenado.

9.1.2. Acabamento de Piso

9.1.2.1. Piso Cerâmico

Em todas as áreas molhadas e de apoio operacional, tais como sanitários, refeitório, Depósitos de Material de Limpeza (D.M.L.), áreas de limpeza e demais ambientes que demandem maior resistência à umidade e facilidade de higienização, será aplicado piso cerâmico, assentado sobre camada de regularização de cimento, cal e areia no traço 1:0,5:5, e cimento colante, com dimensões e caimento.

A qualidade dos pisos cerâmicos deverá atender NBR 13817 e aos seguintes parâmetros:

Grau de Absorção:	Grupo II a (3 a 6%)
Resistência à abrasão:	PEI 4
Resistência ao ataque químico:	Classe B
Resistência ao Manchamento:	Classe 3
Gretamento:	Não pode ocorrer
Expansão de umidade:	EPU máximo de 0,04%
Coeficiente de atrito:	≥ 0,4
Linha de fabricação:	A / Extra / 1ª linha
Dimensão mínima:	30x30cm
Acabamento:	Fosco
Certificação:	CCB / Inmetro
Cor:	Clara (bege, branco, gelo, areia.)

A argamassa colante deverá ter resistência de aderência, atendendo à NBR 14081-1 considerando argamassa colante tipo ACII.



A argamassa para rejunte deverá atender à NBR 14992, considerando rejunte Tipo II, no que se refere aos requisitos de resistência mecânica, absorção por capilaridade, permeabilidade. Deverá apresentar resistência à ação de fungos e algas, para áreas molhadas e molháveis.

Nos pisos dos degraus colocar peças boleadas para melhor acabamento e evitar quebras.

Será colocado rodapé cerâmico de padrão idêntico ao do piso, executado com placas de cerâmica cortadas, com altura 7cm acima do nível da soleira, em todas as paredes sem revestimento de azulejo (do piso ao teto).

9.1.2.2. Soleiras

As soleiras poderão ser em pedra tipo ardósia e instaladas antes da fixação dos batentes e do acabamento do vão. Deverão ser assentadas com argamassa de cimento e areia 1:3.

9.1.2.3. Concreto Desempenado

Os pisos dos ambientes das áreas internas do armazém, tais como salas de profissionais, salas de cursos e demais áreas comum poderão ser de concreto desempenado.

9.2. Piso Externo

9.2.1. Calçadas externas

A calçada periférica ao armazém, a depender das recomendações constantes do parecer geotécnico e de fundações, esta deverá ser em concreto desempenado com junta seca a cada metro, com espessura de 5 cm sobre lastro de brita de 3cm de espessura, com caimento no sentido oposto às paredes. A necessidade de armação deste piso deverá ser apontada no referido parecer geotécnico e de fundações, a depender da capacidade de suporte do solo. Sob as calçadas externas não haverá lona plástica.

9.2.2. Estacionamento

O piso das áreas de estacionamento da edificação, dependerá das recomendações constantes do parecer geotécnico e de fundações podendo ser em bloco intertravado de concreto de 8 cm de espessura, concreto armado ou composto asfáltico.

O piso das calçadas internas da edificação, será em concreto desempenado com junta seca a cada metro, com espessura de 5 cm sobre lastro de brita de 3cm de espessura.

9.3. Impermeabilização

9.3.1. Áreas molhadas (banheiros e áreas de serviço)

Impermeabilização com argamassa polimérica à base de dispersão acrílica, cimentos especiais e aditivos minerais, bi-componente, consumo de 2 a 4 kg/m².



9.3.1.1. Preparação da superfície

A superfície deve ser regularizada com argamassa cimento-areia traço 1:4 isenta de cal e hidrofugantes de modo que fique exatamente no nível final desejado descontando-se a espessura do piso cerâmico e da argamassa colante, prever todos os rebaixos e caimentos, prever rodapé de 30 cm executado com a mesma argamassa (na espessura prevista para o restante da parede) e cantos arredondados.

9.3.1.2. Aplicação

O produto deve ser preparado misturando-se os 2 componentes seguindo as recomendações do fabricante de modo que resulte em mistura homogênea, aplicar 3 demãos cruzadas com trinchá, em camadas uniformes e em intervalos recomendados pelo fabricante, nos ralos aplicar reforço em tela de poliéster entre a 2ª e a 3ª demão, logo após a última demão, aspergir areia seca de modo a fornecer ancoragem suficiente para o acabamento.

9.3.1.3. Acabamento

Após a cura completa da última demão, eliminar o excesso de areia e aplicar o piso cerâmico com argamassa colante, diretamente sobre a impermeabilização.

9.3.2. Áreas molháveis (circulação)

A impermeabilização do piso das áreas molhadas será executada conforme item 9.3.1.

9.3.2.1. Aplicação

A superfície será regularizada com argamassa cimento-areia traço 1:4 misturada a hidrofugantes, deve ser aplicada de modo que fiquem exatamente no nível final desejado descontando-se a espessura do piso cerâmico e da argamassa colante, prever todos os rebaixos, caimentos, e cantos arredondados.

9.3.2.2. Acabamento

Após, eliminar o excesso de areia e aplicar o piso cerâmico com argamassa colante, diretamente sobre a impermeabilização.

9.3.3. Áreas de circulação

Nas áreas de circulação, a argamassa de regularização deverá conter aditivo hidrofugante.

9.4. Condições Gerais

As pavimentações de áreas destinadas a lavagem ou sujeitas a chuvas deverão ter caimento necessário para perfeito e rápido escoamento da água para os ralos. A declividade não será inferior a 0,5%.



10. Reserva de Água Potável

Ver item 17.1.2 - Sistema de Água Fria.

11. Esquadrias Metálicas

As esquadrias poderão ser em alumínio anodizado natural ou em aço galvanizado com pintura eletrostática.

Todas as esquadrias deverão seguir as dimensões e exigências em áreas de ventilação determinadas nas legislações vigentes. As folhas e batentes de portas deverão ser adequadas ao vão de alvenaria.

11.1. Janelas

Os caixilhos poderão ser executados com perfis nos marcos e nas folhas que atendam estruturalmente, à região e classe de utilização adequada a sua altura, conforme normativa vigente, com componentes/requadros, batentes e vidros. Todos os caixilhos deverão ser devidamente detalhados no projeto arquitetônico.

11.2. Peitoris

Na face (lado) inferior dos vãos de janelas deverão ser utilizadas peças formando peitoris com pingadeiras.

O peitoril deverá ser instalado antes do caixilho e do acabamento, e deverá ser assentado com argamassa de cimento e areia 1:3.

11.3. Portas

As portas podem ser em alumínio ou em aço galvanizado, com pintura eletrostática e quando com vidros, deverão vir fixados. Os modelos utilizados deverão ser indicados no projeto de arquitetura.

As portas externas deverão ser executadas com perfis nos marcos e nas folhas, com componentes/requadros, batentes e vidros, que atendam estruturalmente a todos os requisitos da NBR 10821-2.

11.4. Batentes

Os batentes das portas metálicas deverão ser no mesmo material desses. Devem ser atendidos todos os requisitos da NBR 10821-2.

11.5. Especificações Gerais

a) Tratamento



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

a.1) o acabamento superficial de anodização das esquadrias de alumínio e seus componentes devem estar conforme NBR 12609, considerando:

- Zona Rural/Urbano, Classe A13, espessura da camada anódica 11 a 15 μm ;
- Zona Litorânea, Classe A18, espessura da camada anódica 16 a 20 μm ;
- Zona Industrial ou Marítima, Classe A23, espessura da camada anódica 21 a 25 μm .

a.2) o acabamento superficial de pintura eletrostática das esquadrias de aço galvanizado e seus componentes devem ter resistência à abrasão/risco da pintura, para tanto recomenda-se pintura com primer e esmalte acrílico com espessura total de 60 μm .

A resistência da pintura à UV deve ser de 400 horas, avaliada segundo a NBR 15380.

b) Todas as esquadrias deverão ter perfis, mecanismos de operação e vidro que apresentem resistências a cargas uniformemente distribuídas, estanqueidade à água, ciclos de abertura e fechamento, esforços horizontais e verticais, flexão, esforço torsor e arranchamento de articulações, conforme NBR 10821-2.

c) As esquadrias deverão ser fornecidas sem rebarbas, sobras ou saliências e em perfeitas condições quanto ao esquadro e alinhamento.

O prumo e nivelamento das esquadrias deverão impedir qualquer empenamento das peças móveis.

Todo funcionamento deve ser perfeito, não apresentar jogo causado por folgas.

Os parafusos de fixação deverão ter resistência à corrosão, em exposição em câmara de névoa salina, conforme NBR 8094, considerando o aparecimento de corrosão vermelha no material base:

- mínimo 240hs em ambiente rural, urbano, industrial leve ou a mais de 2000m da orla marítima;
- mínimo 360hs em ambiente marinho.

As esquadrias quando instaladas durante a execução das obras deverão ser protegidas, e a instalação deve ocorrer somente após a pintura do requadro do vão.

d) Ferragens: serão de linha popular em perfeitas condições de funcionamento e acabamento. O assentamento, os rebaixos, rebordas ou encaixes para dobradiças, fechaduras de embutir e outras, terão a forma e dimensão das ferragens, não sendo toleradas folgas que exijam emendas, taliscas de madeira, calços ou outros artifícios que impliquem na boa qualidade e estética do elemento.



A localização das ferragens nas esquadrias será medida com precisão de modo a serem evitadas discrepâncias de posição ou diferença de nível. A distribuição das ferragens de fixação será feita de forma a impedir a deformação das folhas onde estiverem fixadas.

As dobradiças de portas externas, quanto à resistência mecânica e fadiga devem atender a NBR 7178 e quanto a resistência à corrosão, atender a NBR 10821-2.

As fechaduras das portas externas quanto a resistência mecânica e a resistência à corrosão devem atender a NBR 14913.

A Proponente deverá submeter à aprovação da Prefeitura Municipal de Guarulhos, modelo e marca das fechaduras e trincos a serem utilizados.

e) Gaxetas: devem ser de EPDM e as resistências à fadiga, ao UV, às altas temperaturas e ao ozônio devem atender a NBR 13756.

f) Selante: deverá atender a ASTM C920 quanto a resistência à UV e capacidade de deformação considerando a classe (12,5 ou 25), grau NS, uso G para substrato de vidro e uso A para substrato de alumínio.

12. Esquadrias de Madeira

12.1. Portas

12.1.1. Porta Interna

As folhas das portas dos banheiros, ambientes internos e salas de cursos deverão corresponder aos requisitos de durabilidade, resistência e uso intenso, conforme NBR15930.

Poderá ser utilizado o kit de porta pronta de madeira com pintura, que deverá atender os requisitos de desempenho da norma acima referida.

12.1.2. Portas Externas Principais (Entrada e Saída)

A porta externa principal do armazém será composta por sistema de fechamento em vidro, do tipo porta de correr com quatro folhas, conforme especificações do projeto arquitetônico.

As folhas deverão ser constituídas em vidro de segurança, atendendo aos requisitos da ABNT NBR 7199, com perfis, trilhos e ferragens adequados ao uso público, garantindo resistência, durabilidade e segurança operacional.

O sistema deverá permitir ampla abertura para circulação de pessoas, assegurando condições adequadas de acessibilidade, conforme a ABNT NBR 9050.



As portas deverão contar com sistema de abertura automática, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 16259, incluindo dispositivos de segurança, sensores e funcionamento compatível com o fluxo de usuários.

Todos os componentes metálicos do sistema deverão possuir tratamento anticorrosivo e acabamento compatível com o ambiente de uso, conforme especificações do fabricante e normas técnicas vigentes.

A instalação da porta externa principal deverá ser executada de acordo com os detalhes construtivos previstos em projeto, garantindo perfeito funcionamento, alinhamento, estanqueidade e integração com a vedação externa da edificação.

12.2. Especificações Gerais

a) Batentes

Os batentes das portas internas de madeira poderão ser em aço galvanizado ou em madeira, nas dimensões condizentes com a espessura das paredes.

13. Vidros

Os vidros serão fornecidos já montados nas esquadrias. Estes devem ser fixados com borracha EPDM.

14. Pintura

Todas as pinturas deverão ser executadas sobre superfície bem seca e curada, com pelo menos 30 dias após o término da base. Aplicar fundo selador, pigmentado ou não, em demão única sobre esta base que deverá estar íntegra, limpa, isenta de gordura, mofo/bolor ou eflorescências.

O fundo selador, tanto para as paredes externas quanto internas, deve ter compatibilização química com a tinta de acabamento.

A diluição das tintas de fundo e de acabamento devem ser realizadas conforme recomendação indicada na embalagem do produto, assim como o tempo de secagem.

14.1. Acabamento da Vedação Externa

O acabamento externo da edificação será composto pelo próprio revestimento industrial dos painéis metálicos tipo telha termoacústica utilizados na vedação externa, os quais deverão possuir pintura eletrostática aplicada em fábrica, conforme especificações do projeto arquitetônico e cromático.

A pintura eletrostática dos painéis metálicos deverá apresentar uniformidade de cor, aderência adequada ao substrato e resistência às ações do intemperismo, da radiação solar e da umidade, garantindo durabilidade e manutenção do aspecto visual ao longo do tempo.



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

As cores e tonalidades dos painéis deverão atender ao projeto cromático da edificação, integrante no escopo de contratação.

Eventuais elementos metálicos complementares aparentes, tais como rufos, pingadeiras, arremates e perfis, deverão receber tratamento anticorrosivo e acabamento compatível com o sistema de vedação adotado, assegurando homogeneidade visual e proteção contra agentes agressivos.

Não haverá aplicação de pintura em obra nas superfícies externas da vedação metálica, salvo em elementos específicos previstos em projeto.

Todos os materiais e sistemas empregados na vedação externa deverão ser fornecidos com certificação de qualidade e garantia do fabricante, comprovando atendimento aos requisitos de desempenho, durabilidade e proteção anticorrosiva.

Recomendações:

ITEM	REQUISITO	ESPECIFICAÇÃO	REFERÊNCIA
Painéis metálicos termoacústicos	Tipo de acabamento	Pintura eletrostática aplicada em fábrica, com cura térmica	Especificação do fabricante
Pintura eletrostática	Uniformidade visual	Superfície homogênea, sem manchas, escorrimentos, falhas de cobertura ou variações perceptíveis de tonalidade	Controle de qualidade do fabricante
	Aderência ao substrato	Aderência compatível com processo industrial, sem descascamento ou destacamento	Ensaio internos do fabricante
	Resistência ao intemperismo	Resistência à exposição contínua ao sol, chuva e variações climáticas, sem degradação precoce do acabamento	Especificação do fabricante
	Resistência à radiação solar (UV)	Acabamento adequado à exposição aos raios UV, mantendo estabilidade de cor e integridade da película	Especificação do fabricante
Sistema metálico	Proteção anticorrosiva	Tratamento anticorrosivo compatível com a classe de agressividade ambiental do local	ABNT NBR 8800 / Especificação do fabricante
Componentes metálicos aparentes (rufos, pingadeiras, arremates)	Acabamento	Acabamento compatível com os painéis metálicos, garantindo uniformidade visual e proteção contra corrosão	Projeto / Especificação do fabricante
Sistema de vedação externa	Durabilidade do acabamento	Vida útil e desempenho compatíveis com o uso da edificação e com as condições ambientais	Garantia do fabricante



	Manutenção	Acabamento que permita limpeza e manutenção periódica sem prejuízo ao desempenho	Manual do fabricante
--	------------	--	----------------------

14.2. Paredes internas e forros

Nas paredes internas das áreas secas do armazém (áreas de alta circulação) haverá pintura com tinta Látex PVA, classe “PREMIUM”, na cor branca.

No forro de laje ou de gesso, exceto nos banheiros e áreas molhadas, será aplicada pintura tipo látex PVA na cor branca, em duas demãos de tinta. No forro de gesso dos banheiros e áreas molhadas será aplicada tinta látex PVA antimoho, classe “STANDARD”, na cor branca.

Quando houver revestimento no forro (no caso de laje mista), este deverá receber pintura tipo látex PVA, classe “STANDARD”, na cor branca, em duas demãos de tinta.

Recomendações:

ITEM	REQUISITO	ESPECIFICAÇÃO	REFERÊNCIA
Tintas látex PVA para paredes internas e forros	Aderência e resistência aos desgastes relativos ao uso	Tinta fosca úmida $\geq 85\%$ e tinta fosca seca $\geq 5\text{m}^2/\text{L}$.	NBR 15079 para cores claras. Para cores escuras atender a especificação ao lado
	Resistência à abrasão (desgaste superficial)	Resistência à abrasão úmida com pasta abrasiva ≥ 40 ciclos.	
	Aderência da tinta ao substrato	Para corte em X: entre X0 e X3. Para corte em grade: entre Gr0 e Gr3.	NBR 11003

14.3. Portas de madeira

As portas de madeira do edifício receberão uma demão de fundo selador e pintura em esmalte, acabamento fosco ou acetinado na cor a ser indicada em projeto cromático, em duas demãos. As superfícies a serem pintadas deverão ser analisadas antes da aplicação do acabamento. A madeira deve ser limpa, seca e isenta de óleos, graxas, sujeiras ou outros contaminantes, com a remoção de eventuais fiapos e aparas, colocação de massa e lixamento antes da pintura. O teor da umidade da superfície de madeira deve estar em equilíbrio com ambiente e sempre inferior a 15% (medição realizada com equipamento próprio – umidímetro). No caso de madeiras tratadas, a pintura deverá ser realizada após a secagem ou evaporação do solvente existente no preservativo.

Recomendações:

ITEM	REQUISITO	ESPECIFICAÇÃO	REFERÊNCIA
Tinta esmalte fosca ou acetinada	Aderência e resistência a desgastes superficiais relativos ao uso.	O esmalte deve ser sintético (resina alquídica), de	Recomendação do IPT



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

	Resistência à umidade.	preferência acetinado. Entre demãos, observar o intervalo recomendado pelo fabricante.	
	Aderência da tinta	Para corte em X: entre X0 e X3. Para corte em grade: entre Gr0 e Gr3.	NBR 11003
Massa	Resistência à abrasão e umidade	A massa niveladora deve ser específica para madeira, sendo aplicada em camadas finas	Recomendação do IPT
Fundo selador	Compatibilidade com a tinta de acabamento	O fundo deve garantir a uniformização da absorção do substrato e ser compatível com a tinta esmalte	Recomendação do IPT



14.4. Portas da Câmara Fria

As portas das câmaras frias serão do tipo industrial, próprias para uso em ambientes refrigerados, compatíveis com a temperatura de operação prevista em projeto, devendo garantir adequado isolamento térmico, estanqueidade e resistência ao uso contínuo.

As folhas das portas deverão ser constituídas por painéis isotérmicos com núcleo isolante térmico, revestidos externamente por chapas metálicas com acabamento industrial, em conformidade com os requisitos de desempenho térmico aplicáveis às edificações, conforme a ABNT NBR 15220.

As portas deverão possuir sistema de vedação perimetral contínua, assegurando o controle de perdas térmicas e a eficiência do sistema de refrigeração, em conformidade com as recomendações técnicas do fabricante e com as normas aplicáveis aos sistemas de isolamento térmico.

Os marcos, ferragens, trilhos e acessórios deverão ser compatíveis com o uso em câmaras frias, fabricados em materiais resistentes à umidade e à corrosão, atendendo aos requisitos gerais de desempenho e durabilidade previstos na ABNT NBR 15575, no que couber.

As portas deverão dispor de dispositivos de segurança, incluindo sistema de abertura interna de emergência, conforme requisitos de segurança aplicáveis a ambientes refrigerados e recomendações técnicas do fabricante.

A instalação das portas das câmaras frias deverá seguir rigorosamente as especificações do projeto executivo e do fabricante, garantindo o correto funcionamento, vedação e desempenho térmico do conjunto.

Os materiais e componentes empregados deverão ser compatíveis com ambientes de armazenamento de alimentos, atendendo às normas sanitárias vigentes e permitindo higienização adequada.

14.5. Rufos, Calhas e Acabamento de juntas de dilatação

Deverão receber pintura com espessura da película $\geq 70\mu\text{m}$, aplicando-se com rolo de pelo médio, de acordo com o projeto cromático a ser aprovado.

14.6. Condições Gerais

As pinturas deverão ser executadas de acordo com os tipos e cores indicados em projeto específico. A definição de cores bem como a qualidade da tinta a ser empregada, deverão ser solicitadas pela Proponente junto a Prefeitura Municipal de Guarulhos com antecedência.

As superfícies somente poderão ser pintadas quando completamente secas, limpas, isentas de gordura, mofo/bolor ou eflorescências.



Nenhum trabalho de pintura exterior deverá ser executado em tempo úmido ou durante chuva. Nas superfícies de blocos de concreto, todas as saliências deverão ser removidas e os buracos ou juntas preenchidas com argamassa.

Nos locais onde as paredes tenham que ser pintadas e encontre a superfície do terreno, a terra junto à parede deverá ser removida para expor sua superfície. A parede, então deverá ser limpa e pintada repondo-se a terra quando a pintura estiver seca. Deverá haver cuidado para evitar-se o escoamento da tinta sobre as superfícies que não serão pintadas.

Caberá a Proponente efetuar todos os retoques na pintura que sejam necessários, após a colocação dos diversos acessórios (vidros, ferragens, etc.) e em peças ou superfícies danificadas durante as obras.

A classificação das tintas deverá atender também às Normas NBR-11702 - “Tintas para edificações não industriais” e NBR-13245 - “Execução de pinturas em edificações não industriais”.

15. Selagem de “shafts” – Compartimentação de áreas de risco

Qualquer abertura destinada à passagem de instalação elétrica, telefônica, hidrossanitária, e outras que permitam a comunicação direta entre as áreas de risco deve ser selada de forma a promover a vedação total corta-fogo. Para esta finalidade, poderão ser utilizadas placas de lã de rocha (densidade mínima de 144 kg/m³), ou material similar, que atenda às normas técnicas pertinentes e às Instruções Técnicas (ITs) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP). Para tubos de PVC com diâmetro superior a 40 mm deverá ser prevista a utilização de colar intumescente, composto de anel em aço galvanizado e fita intumescente. A instalação destes materiais deverá seguir as orientações do fabricante dos mesmos. Outras soluções técnicas poderão ser apresentadas ao Setor de Projetos da Prefeitura Municipal de Guarulhos, desde que atendam às exigências do Corpo de Bombeiros.

16. Aparelhos e Metais Sanitários

Os aparelhos sanitários, equipamentos afins, pertences e peças complementares, serão fornecidos e instalados pela Proponente, de acordo com os projetos de arquitetura e instalações hidráulicas a serem apresentados e aprovados, deverão ser nivelados e fixados com bucha expansiva e parafuso de metal.

16.1. Metais

Todos os registros e torneiras serão metálicos. As torneiras do tipo “de bancada” deverão possuir arejador.

16.2. Condições Gerais



Os aparelhos e respectivos pertences e acessórios deverão ser instalados em restrita observância às recomendações do fabricante. O perfeito estado de cada aparelho será cuidadosamente verificado antes de sua colocação, não se permitindo quaisquer defeitos decorrentes de fabricação, transportes, manuseios e instalação inadequada.

17. Instalações Hidráulicas Prediais

As especificações a seguir referem-se às Instalações Hidráulicas prediais para a edificação, escadas, reservatórios, padrões da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

O projeto abrange os seguintes sistemas:

- Água Fria (NBR 5626)
- Esgoto Sanitário (NBR 8160)
- Drenagem de Águas Pluviais (NBR 10844)
- Incêndio (DE 63.911)
- Legislação Municipal

17.1. Instalações Hidráulicas

17.1.1. Introdução

Por se tratar de um projeto destinado à construção de edificação de uso institucional e comercial de apoio social, destinada ao funcionamento de Armazém Solidário, padronizado, deverão ser adotados critérios visando dar funcionalidade, facilidade de manutenção, aliadas a racionalização quanto ao uso e tipo de materiais visando os custos das instalações.

O projeto deverá ser desenvolvido baseado nas Normas Técnicas da ABNT citadas acima, bem como nas normas, recomendações e especificações das concessionárias de serviços públicos e nas recomendações dos fabricantes dos materiais utilizados.

17.1.2. Sistema de Água Fria

A alimentação da edificação será realizada por meio do prolongamento da rede pública de abastecimento até o hidrômetro geral (macro medidor), responsável pela medição de todo o empreendimento, localizado e especificado conforme as normas da concessionária local.

O sistema de reservação de água potável será definido em projeto executivo, podendo ser adotada uma das seguintes soluções, ou outra tecnicamente equivalente, desde que aprovada pelos órgãos competentes:

- Reservatório inferior associado a reservatório superior elevado, localizados na edificação;
- Reservatório elevado em torre externa, com distribuição por gravidade;



- Sistema misto ou solução alternativa compatível com as condições operacionais da edificação.

Quando houver reservatório inferior, a água proveniente da entrada principal alimentará este reservatório e será recalçada ao reservatório elevado por meio de conjunto moto-bomba, dimensionado conforme a demanda do empreendimento.

A distribuição de água aos pontos de consumo ocorrerá predominantemente por gravidade, por meio de tubulações devidamente dimensionadas, sendo previstos registros de bloqueio nos barriletes e nos ramais principais, permitindo o isolamento de setores para manutenção sem prejuízo ao abastecimento geral.

O controle de nível dos reservatórios deverá ser realizado por dispositivos automáticos apropriados, tais como boias mecânicas e/ou elétricas, com comando de acionamento das moto-bombas, quando aplicável.

O dimensionamento do sistema de reservação deverá considerar o consumo diário estimado em função do uso da edificação, do número de usuários, dos vestiários, sanitários, atividades de limpeza, operação da câmara fria e demais demandas previstas em projeto, garantindo capacidade mínima para atendimento de, no mínimo, um dia de consumo.

Quando exigido pela legislação vigente ou pelo projeto de prevenção e combate a incêndio, deverá ser prevista reserva técnica de incêndio, cujos volumes mínimos deverão atender às normas aplicáveis e às exigências do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Caso a legislação municipal, a concessionária de abastecimento ou o Corpo de Bombeiros estabeleçam critérios específicos para volumes de reservação, setorização, pressurização ou medição, estes deverão ser integralmente observados.

17.1.3. Sistema de Esgoto Sanitário

O sistema de esgotamento sanitário da edificação será executado de forma a coletar e conduzir adequadamente os efluentes provenientes dos aparelhos sanitários, pontos de uso, áreas de apoio e serviços, em conformidade com a ABNT NBR 8160 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução.

As tubulações de esgoto sanitário provenientes dos sanitários, vestiários, áreas de lavagem e demais pontos de utilização serão conduzidas até caixas de inspeção localizadas no pavimento térreo, interligadas ao coletor predial, garantindo o adequado escoamento dos efluentes.

A ventilação do sistema de esgoto sanitário será assegurada por meio de tubulações de ventilação prolongadas até acima da cobertura, evitando a ocorrência de pressões negativas ou positivas que possam comprometer o funcionamento dos fechos hídricos dos aparelhos, conforme dimensionamento previsto em projeto hidrossanitário.



Os efluentes provenientes de pias, áreas de preparo, manipulação e apoio a alimentos deverão ser direcionados a caixas de gordura, localizadas no pavimento térreo e dimensionadas conforme a vazão prevista, antes de sua interligação às caixas de inspeção do sistema de esgoto sanitário.

Os efluentes provenientes da câmara fria, incluindo águas de lavagem e condensados de equipamentos de refrigeração, deverão ser coletados por sistema independente ou integrado ao esgoto sanitário, conforme projeto, sendo obrigatória a previsão de sifonamento, ralos apropriados e dispositivos que impeçam o retorno de odores e gases, respeitando as exigências sanitárias e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

Todas as caixas, ralos, sifões e dispositivos de inspeção deverão ser executados de modo a permitir fácil acesso para limpeza, inspeção e manutenção periódica.

O sistema predial de esgoto sanitário deverá ser conectado à rede pública coletora existente. Na inexistência desta, deverá ser prevista solução alternativa de tratamento e disposição final dos efluentes, conforme legislação ambiental, sanitária e aprovação dos órgãos competentes.

17.1.4. Sistema de Drenagem de Águas Pluviais

O sistema de drenagem de águas pluviais da edificação deverá ser projetado e executado de modo a captar, conduzir e dispor adequadamente as águas provenientes da cobertura e das áreas externas impermeáveis, em conformidade com a ABNT NBR 10844 – Instalações prediais de águas pluviais e com a legislação municipal vigente.

A captação das águas pluviais da cobertura será realizada por meio de calhas em concreto pré-moldado, condutores verticais e horizontais, dimensionados de acordo com a área de contribuição e os índices pluviométricos locais, garantindo o adequado escoamento das águas pluviais provenientes das telhas metálicas termoacústicas.

Os condutores verticais deverão, sempre que possível, ser alocados junto aos pilares estruturais, visando melhor compatibilização arquitetônica, estrutural e construtiva.

As águas pluviais coletadas deverão ser encaminhadas à rede pública de drenagem urbana, quando existente, ou a sistema próprio de infiltração, retenção ou lançamento controlado no lote, conforme exigências da prefeitura local e aprovação do órgão competente.

Deverá ser verificada junto à municipalidade a necessidade de implantação de reservatório de retenção ou de amortecimento de cheias, bem como de demais dispositivos de controle de vazão, de acordo com os parâmetros urbanísticos e ambientais aplicáveis ao empreendimento.



Os elementos que compõem o sistema de drenagem deverão ser executados de forma a permitir fácil acesso para inspeção, limpeza e manutenção periódica, garantindo o desempenho hidráulico e a durabilidade do sistema.

17.1.5. Sistema de Proteção e Combate a Incêndios

17.1.5.1 Classificação da Edificação

A edificação deverá ser classificada quanto à ocupação, área construída, altura, número de pavimentos e carga de incêndio, em conformidade com as normativas vigentes do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), especialmente o Regulamento de Segurança Contra Incêndio das Edificações e Áreas de Risco, visando à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.

O enquadramento da ocupação deverá considerar o uso do edifício, observando as definições e critérios estabelecidos nas Instruções Técnicas (ITs) aplicáveis.

17.1.5.2. Medidas de Segurança contra Incêndio

As medidas de segurança contra incêndio a serem adotadas deverão ser definidas em função das características físicas da edificação, da área construída, da altura total, do número de pavimentos e da carga de incêndio, conforme critérios estabelecidos pelo CBPMESP.

Dentre as medidas de segurança, deverão ser previstas, conforme aplicabilidade:

- sistema de iluminação de emergência;
- sinalização de emergência;
- rotas de fuga e saídas de emergência;
- extintores de incêndio;
- sistema de hidrantes ou mangotinhos, se exigido;
- controle de materiais de acabamento e revestimento;
- demais dispositivos e sistemas exigidos pelas Instruções Técnicas do CBPMESP.

O sistema de proteção e combate a incêndio deverá ser objeto de projeto específico, elaborado por profissional habilitado, submetido à análise e aprovação do Corpo de Bombeiros, e executado em conformidade com o projeto aprovado.

17.2. Especificações de Materiais e Equipamentos

Todos os materiais, componentes e equipamentos empregados deverão atender às prescrições das Normas Técnicas da ABNT, às exigências da legislação municipal vigente e às recomendações dos fabricantes, sendo admitidos materiais equivalentes desde que tecnicamente comprovados e aprovados pela fiscalização.

17.2.1. Sistema Predial de Água Fria



17.2.1.1. Tubulações

As tubulações de água fria deverão ser executadas em PVC rígido com juntas soldáveis, pressão nominal compatível com o sistema, conforme ABNT NBR 5648 – Sistemas prediais de água fria – Tubos e conexões de PVC com junta soldável.

Em trechos específicos que exijam maior resistência mecânica ou atendimento a normas específicas (como sistemas de incêndio), poderão ser utilizados tubos de aço galvanizado, conforme ABNT NBR 5580, com roscas padrão BSP, conforme ABNT NBR ISO 7-1.

17.2.1.2. Conexões

As conexões deverão ser compatíveis com o material das tubulações, em PVC rígido ou ferro galvanizado, atendendo às respectivas normas da ABNT aplicáveis.

17.2.1.3. Registros e Válvulas

Os registros de gaveta, registros de pressão, válvulas de retenção, válvulas de pé com crivo e válvulas de boia deverão ser fabricados em liga de cobre, bronze ou materiais equivalentes, dimensionados conforme projeto e em conformidade com as seguintes normas:

- ABNT NBR 10072 – Registros de gaveta
- ABNT NBR 10071 – Registros de pressão
- ABNT NBR 14534 – Torneiras de bóia

17.2.1.4. Reservatórios

Os reservatórios de água potável poderão ser inferiores e/ou elevados, conforme a solução de reservação adotada em projeto executivo, podendo estar localizados na própria edificação ou em torre externa, desde que atendidas as condições estruturais, hidráulicas e operacionais do sistema.

Os reservatórios poderão ser pré-fabricados em fibra de vidro, polietileno ou outro material tecnicamente equivalente, dotados de tampa, extravasor, dreno, ventilação e dispositivos de controle de nível, com capacidade definida em projeto.

Quando utilizados reservatórios em poliéster reforçado com fibra de vidro (PRFV), estes deverão atender à ABNT NBR 13210 – Caixa de poliéster reforçado com fibra de vidro para água potável. Reservatórios em polietileno ou outros materiais deverão atender às normas técnicas específicas do respectivo material ou, na ausência destas, às recomendações do fabricante e às exigências da concessionária local.

Os reservatórios deverão ser apoiados sobre base plana e adequadamente dimensionada, garantindo estabilidade, segurança estrutural, facilidade de inspeção, limpeza e manutenção, bem como proteção contra contaminação da água armazenada.



Quando houver reserva técnica de incêndio, esta deverá ser prevista conforme o projeto de prevenção e combate a incêndio aprovado, atendendo às exigências do Corpo de Bombeiros e às normas técnicas aplicáveis, podendo ser integrada ou independente do reservatório de consumo, conforme definido em projeto.

17.2.2. Sistema de Esgoto Sanitário

17.2.2.1. Tubulações e Conexões

As tubulações de coleta, ventilação e afastamento de esgoto sanitário deverão ser em PVC rígido, com juntas soldáveis ou elásticas conforme diâmetro e aplicação, atendendo às normas:

- ABNT NBR 5688
- ABNT NBR 7362 (Partes 1, 2 e 3)

17.2.2.2. Caixas de Inspeção, Caixas Sifonadas e Caixas de Gordura

As caixas serão construídas em alvenaria, assentadas e revestidas internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

As Caixas de Inspeção terão seu revestimento interno queimado com cimento e as de gordura e as sifonadas especiais serão impermeabilizadas. As dimensões internas deverão estar indicadas no projeto a ser apresentado. Terão tampa de fechamento hermético e fundo de concreto. As caixas poderão ser pré-fabricadas em concreto ou em PVC/ABS. Caixas em concreto classe C20 (cobrimento mínimo da armadura de 20mm).

A depender das recomendações do parecer geotécnico e de fundações, estas caixas deverão estar consolidadas estruturalmente com o piso armado do pavimento térreo a fim de se evitar colapso das instalações na ocorrência de recalque.

17.2.2.3. Sifões

Todos os sifões deverão ser em PVC rígido, compatíveis com o tipo de aparelho instalado, garantindo o adequado fecho hídrico e facilidade de manutenção.

17.2.3. Sistema de Drenagem de Águas Pluviais

O sistema de drenagem será composto por calhas, condutores verticais e horizontais, dimensionados conforme projeto, atendendo à ABNT NBR 10844 – Instalações prediais de águas pluviais.

As calhas deverão ser em concreto pré-moldado, fixadas à estrutura do telhado, e os condutores em PVC rígido série R. As calhas deverão ser detalhadas no projeto de arquitetura a ser apresentado e aprovado.

As grelhas deverão ser em PVC rígido ou ferro fundido.



As caixas de areia serão construídas em alvenaria, assentadas e revestidas internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e impermeabilizadas. As dimensões internas estão indicadas no projeto. Terão tampa (com grelha metálica) e fundo de concreto. As caixas poderão ser pré-fabricadas em concreto ou em PVC/ABS. Caixas em concreto classe C20 (cobrimento mínimo da armadura de 20mm).

A depender das recomendações do parecer geotécnico e de fundações, estas caixas deverão estar consolidadas estruturalmente com o piso armado do pavimento térreo a fim de se evitar colapso das instalações na ocorrência de recalque.

17.2.4. Sistema de Proteção e Combate a Incêndio

Os sistemas, materiais e equipamentos de proteção e combate a incêndio deverão atender integralmente ao projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em conformidade com as Instruções Técnicas vigentes, sendo sua implantação condicionada ao enquadramento da edificação quanto à ocupação, área e carga de incêndio.

17.3. Especificações de Serviços e Montagens

17.3.1. Generalidades

A Proponente aceita e concorda que os serviços objeto dos documentos contratuais deverão ser executados de forma completa, abrangendo todos os detalhes necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas, ainda que algum item não esteja explicitamente mencionado nas presentes especificações.

A Proponente não poderá alegar erro, omissão ou imprecisão dos documentos técnicos como justificativa para eximir-se de suas responsabilidades, devendo atender integralmente aos requisitos estabelecidos em projeto, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização.

Caberá à Proponente:

- a quantificação total de materiais e serviços;
- a guarda, proteção e correta aplicação dos materiais fornecidos;
- a pintura e identificação de tubulações aparentes, quadros, equipamentos e caixas de passagem, conforme padrões e cores adotados pela Prefeitura Municipal de Guarulhos;
- a execução de ligações provisórias necessárias ao andamento da obra, ficando as ligações definitivas condicionadas à conclusão e aceitação final dos serviços.

Eventuais remanejamentos de redes existentes de água, esgoto, energia elétrica e telecomunicações deverão ser executados previamente ao início da terraplenagem, de modo a evitar interrupções de fornecimento às edificações ou instalações em funcionamento.



17.3.2. Especificações Básicas

17.3.2.1. Execução dos Serviços

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando ferramentas adequadas e observando rigorosamente os projetos executivos, as normas técnicas da ABNT e as recomendações dos fabricantes dos materiais e equipamentos empregados.

Sempre que necessário, a Proponente deverá obter junto aos órgãos competentes as autorizações, aprovações, vistorias e ligações dos sistemas prediais.

As tubulações embutidas deverão ser instaladas preferencialmente antes da execução das alvenarias e elementos estruturais, prevendo-se:

- tubos-camisa em travessias estruturais;
- apoios adequados para ramais horizontais;
- fixação segura de tubulações aparentes por meio de braçadeiras apropriadas.

As declividades mínimas, sistemas de fixação, métodos de união e vedação deverão atender às normas técnicas específicas de cada sistema. Não serão admitidas deformações forçadas, improvisações ou interligações inadequadas entre materiais distintos.

Todos os sistemas instalados deverão ser submetidos a ensaios de estanqueidade, funcionamento e desempenho, conforme as normas da ABNT aplicáveis, com a presença do Engenheiro Fiscal da obra.

17.3.2.2. Serviços Externos

A locação, escavação, assentamento e reaterro de tubulações externas deverão obedecer ao projeto aprovado, às normas técnicas vigentes e às boas práticas de engenharia. Admite-se certa flexibilidade na escolha definitiva de sua posição, em função das peculiaridades da obra.

As valas deverão apresentar dimensões compatíveis com os diâmetros das tubulações, garantindo estabilidade, segurança e condições adequadas de assentamento. A escavação será feita pelo processo mecânico ou manual, julgado mais eficiente. O fundo das valas deverá ser regularizado e preparado conforme o tipo de solo encontrado, utilizando camada de material apropriado quando necessário.

Antes do assentamento, os tubos devem ser dispostos linearmente ao longo da vala, bem como as Conexões e peças especiais. Para a montagem das tubulações deverão ser obedecidas rigorosamente, as instruções dos fabricantes respectivos.

Sempre que houver paralisação dos trabalhos de assentamento, a extremidade do último tubo deverá ser fechada para impedir a introdução de corpos estranhos.



A imobilização dos tubos durante a montagem deverá ser conseguida por meio de terra colocada ao lado da tubulação e adensada cuidadosamente, não sendo permitida a introdução de pedras e outros corpos duros.

No caso de assentamento de tubulações de materiais diferentes, deverão ser utilizadas peças especiais (adaptadores) apropriadas.

O reaterro será executado de forma controlada, com material isento de corpos estranhos, compactado em camadas sucessivas até atingir densidade compatível com o terreno adjacente, assegurando a estabilidade e durabilidade das instalações. O reaterro somente deverá ser completado após os ensaios de pressão e estanqueidade das canalizações.

17.3.2.3. Materiais a empregar

A não ser quando especificado em contrário, os materiais serão todos nacionais, de primeira qualidade. A expressão de "primeira qualidade" tem nas presentes especificações, o sentido que lhe é usualmente dado no comércio; indica quando existem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior.

A Proponente somente poderá utilizar materiais cujos fabricantes estejam habilitados junto ao Setor de Projetos da Prefeitura Municipal de Guarulhos, os quais estão especificados no Cadastro de Padronização de Materiais Hidráulico, de conhecimento da Fiscalização.

17.3.2.4. Materiais Usados e Danificados

Não será permitido o emprego de materiais usados, reaproveitados ou que apresentem qualquer tipo de dano, defeito ou comprometimento de desempenho.

17.3.2.5. Substituição de Materiais Especificados

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a Proponente, em tempo hábil, apresentará por escrito, por intermédio da Fiscalização, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas do pedido de orçamento comparativo.

O estudo e aprovação dos pedidos de substituição, só poderão ser efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

- Declaração de que a substituição se fará sem ônus para a Prefeitura Municipal de Guarulhos.
- Apresentação de provas, pelo interessado, da equivalência técnica do produto proposto ao especificado, compreendendo como peça fundamental o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, que deverá ser submetido a análise e aprovação do Setor de Projetos da Prefeitura Municipal de Guarulhos.



18. Instalações Elétricas

O presente memorial estabelece as diretrizes técnicas para o projeto e a execução das instalações elétricas da edificação, compreendendo o sistema de entrada e distribuição de energia elétrica em baixa tensão, os sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, aterramento, iluminação, força, emergência e infraestrutura para sistemas de comunicação, visando garantir segurança, funcionalidade, durabilidade e conformidade normativa.

As instalações elétricas deverão ser projetadas considerando as características da edificação, seu uso institucional/comunitário, as cargas previstas, os equipamentos a serem instalados e as possibilidades de ampliação futura, devendo assegurar condições adequadas de operação e manutenção.

O fornecimento de energia elétrica será realizado em baixa tensão, a partir da rede da concessionária local, conforme seus regulamentos técnicos. A entrada de energia, o sistema de medição, os dispositivos de proteção, os centros de distribuição e o caminhamento das instalações deverão ser definidos em projeto específico, atendendo às exigências da concessionária e às normas técnicas vigentes. Quando previsto, deverá ser considerada a compatibilização do sistema de medição com eventual implantação de microgeração distribuída, mediante infraestrutura adequada.

A distribuição interna de energia será realizada por meio de quadros de distribuição devidamente dimensionados, contendo dispositivos de proteção, seccionamento e comando, conforme a ABNT NBR 5410. Os circuitos deverão ser setorizados de forma a atender separadamente iluminação, tomadas de uso geral, tomadas de uso específico e cargas especiais, garantindo segurança, eficiência e facilidade de manutenção. Os quadros deverão prever reserva técnica para circuitos futuros.

Os condutores, eletrodutos, caixas, eletrocalhas e demais componentes das instalações elétricas deverão ser dimensionados de acordo com a potência instalada, fatores de demanda, condições de instalação e limites admissíveis de queda de tensão, observando-se as normas da ABNT e os regulamentos das concessionárias. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e possuir certificação compulsória do INMETRO, quando aplicável.

Deverá ser previsto sistema de aterramento único para toda a edificação, com interligação de todas as massas metálicas, quadros, equipamentos, sistemas elétricos e de comunicação ao Barramento de Equipotencialização Principal (BEP), conforme a ABNT NBR 5410 e a ABNT NBR 5419. O sistema de aterramento deverá ser dimensionado de forma a garantir a segurança das pessoas e a proteção dos equipamentos.

Quando exigido em função das características da edificação e de sua localização, deverá ser previsto sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), projetado e executado em conformidade com a ABNT NBR 5419, abrangendo captação, descidas, aterramento e equipotencialização das partes metálicas da edificação.



Deverá ser prevista iluminação de emergência nas rotas de fuga, áreas de circulação e ambientes exigidos pela legislação vigente, com autonomia e desempenho compatíveis com as normas aplicáveis e com as exigências do Corpo de Bombeiros.

A edificação deverá contar com infraestrutura adequada para sistemas de comunicação, tais como telefonia, dados, interfone e outros que venham a ser previstos em projeto, incluindo eletrodutos, caixas de passagem e pontos de conexão, devidamente compatibilizados com as demais instalações.

A execução das instalações elétricas deverá ser realizada por profissionais habilitados, obedecendo rigorosamente às normas técnicas vigentes, às boas práticas construtivas e às orientações da Fiscalização. A Proponente será responsável pela perfeita execução dos serviços, pela realização dos testes e verificações necessários, bem como pela entrega das instalações em pleno funcionamento.

Nos casos omissos ou não previstos neste memorial, deverão ser observadas as normas técnicas aplicáveis e as diretrizes estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Guarulhos, por meio da Secretaria responsável pela fiscalização da obra.

19. Sistemas de segurança no trabalho para manutenção predial

Deverão ser previstos sistemas permanentes de segurança destinados à execução de atividades de manutenção predial em altura, de forma a garantir a integridade física dos trabalhadores e o atendimento às normas de segurança do trabalho vigentes.

A edificação deverá ser dotada, no mínimo, dos seguintes dispositivos:

- Sistema de linha de vida, horizontal e/ou vertical, conforme a configuração arquitetônica e as necessidades de acesso às áreas de manutenção;
- Pontos de ancoragem/fixação para utilização de andaimes, plataformas suspensas ou outros equipamentos de acesso seguro.

Os sistemas de proteção contra quedas deverão ser projetados, dimensionados e especificados por profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva ART ou RRT, conforme o caso.

Todos os dispositivos e componentes dos sistemas de segurança deverão atender às exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual) e a NR 35 (Trabalho em Altura), bem como às normas técnicas aplicáveis da ABNT, notadamente a ABNT NBR 16325 – Dispositivos de ancoragem.

Os equipamentos deverão possuir certificação de conformidade, quando aplicável, emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, e ser fornecidos acompanhados de memorial técnico, instruções de uso, manutenção e inspeção periódica.



A instalação dos sistemas deverá ser acompanhada pelo profissional responsável técnico, que deverá realizar a inspeção final e o aceite técnico, assegurando que os dispositivos estejam aptos para uso e compatíveis com as condições da edificação.

20. Limpeza Final

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza, conservação e funcionamento, com todas as instalações, sistemas e equipamentos em condições adequadas de uso, devidamente testados e, quando aplicável, definitivamente ligados às redes públicas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e demais serviços.

Todo o entulho, sobras de materiais e resíduos provenientes da obra deverão ser integralmente removidos do terreno, às expensas da Proponente.

Deverão ser limpos e lavados, conforme o caso, os pisos, revestimentos laváveis, elementos metálicos, esquadrias, vidros, ferragens, louças e equipamentos sanitários, bem como demais superfícies aparentes, com a completa remoção de resíduos de argamassa, tintas, poeira e manchas decorrentes da execução dos serviços.

A Proponente será inteiramente responsável pela qualidade da limpeza final, bem como pela entrega da edificação e de todos os seus componentes em perfeito estado de uso e apresentação, compatível com as exigências do projeto e do contrato.

Documento assinado digitalmente
gov.br RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO
Data: 23/01/2026 14:28:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA URBANA

ART 2620252319113

TERMO DE REFERÊNCIA CONTRATAÇÃO

1. Fundamento

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 4444613, atendendo aos critérios técnicos e normas vigentes.

2. Objeto:

Contratação integrada de empresa especializada para elaboração dos projetos básico e executivo em metodologia BIM e execução das obras civis Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso, com a construção de edificação de aproximadamente 1.313 m².

3. Justificativa da necessidade da contratação

A obra em questão tem a finalidade de dar apoio às famílias em situação de vulnerabilidade no Município de Guarulhos ao fornecer alimentos e itens básicos a preços mais acessíveis que o mercado, priorizando produtos frescos e nutritivos, ajudando a reduzir a insegurança alimentar.

Além disso, há o fortalecimento da economia local ao priorizar a comercialização de agricultores familiares e produtores locais, a redução do desperdício de alimentos ao utilizar uma logística de aproveitamento de alimentos que seriam descartados em mercados comuns e outros fornecedores, mas que ainda estão em boas condições para consumo, e a promoção da educação alimentar e ambiental ao instruir sobre a procedência e processamento de alimentos e seus impactos na dieta das pessoas.

A execução sob o regime de Contratação Integrada é justificada pela complexidade técnica, necessidade de celeridade na execução e de integração entre as fases de projeto e obra, possibilitando a adoção de soluções inovadoras e o uso intensivo de metodologia BIM, conforme o art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

4. Quantidade:

Item	Especificação	CATSER	Quant.	Valor
1	Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de projetos em Metodologia BIM e obra, visando a Construção de um Armazém Solidário - Unidade Bonsucesso.	4545	1 unidade	R\$ 8.573.456,77

5. Especificação do objeto

Contratação integrada, regida pela Lei nº 14.133/2021, de empresa ou consórcio de empresas, com capacidade técnica e operacional comprovada, de projetos básico e executivo de arquitetura e complementares destinados à construção do Armazém Solidário ou construções similares e sua respectiva execução integral das obras e serviços de engenharia, a ser implantado na Rua Tenry, 175, localizada no bairro Bonsucesso em Guarulhos-SP, conforme condições, especificações e prazos a serem definidos neste termo de referência e anteprojeto fornecido pela Administração, notadamente:

Contratação integrada, regida pela Lei nº 14.133/2021, de empresa ou consórcio de empresas, com capacidade técnica e operacional comprovada, de projetos básico e executivo de arquitetura e complementares destinados à construção do Armazém Solidário ou construções similares e sua respectiva execução integral das obras e serviços de engenharia, a ser implantado na Rua Tenry, 175, localizada no bairro Bonsucesso em Guarulhos-SP, conforme condições, especificações e prazos a serem definidos neste termo de referência e anteprojeto fornecido pela Administração, notadamente:

Estrutura de vigas e pilares em concreto pré-moldado.

Vedação externa (fachadas) em telhas metálicas pintadas em tinta eletroestática nas cores definidas em projeto.

Respeitar as definições de cores da fachada.

- Calhas da cobertura em concreto pré-moldado para facilitar limpeza e manutenção.

Apresentação e Manual de identidade visual, seguindo as cores pré-definidas da logomarca da Prefeitura de Guarulhos.

- A contratação deve incluir, de forma indissociável:
 - Elaboração de todos os projetos arquitetônicos, complementares e especiais;
 - Execução completa da obra civil, instalações e acabamentos;
 - Fornecimento e instalação de equipamentos fixos e sistemas prediais especificados;
 - Comissionamento e entrega técnica com manual do usuário e de manutenção;
 - É parte integrante dos serviços:
 - O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias aos serviços descritos na Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da P.M.G.;
 - O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
 - O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; Os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do município.
 - As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.
 - A subcontratação dos serviços poderá ser permitida de forma parcial conforme disposto no art. 78, inciso VI, combinado com o art. 72 da lei 14.133/2021, com a prévia aprovação da Contratante, desde que a Contratada mantenha toda a Coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.
 - A CONTRATADA poderá subcontratar até o limite de 30% do valor contratual mediante a prévia autorização do Fiscal e Gestor do Contrato.

VISITA TÉCNICA PARA RECONHECIMENTO DO LOCAL

Os licitantes poderão realizar visita técnica para reconhecimento das condições locais de execução dos serviços no terreno destinado à obra, situado na Rua Utinga 461, cruzamento com a Avenida José Miguel Ackel, no Município de Guarulhos.

A visita tem por finalidade possibilitar a avaliação das condições de acesso, características do entorno, interferências existentes, condições topográficas aparentes e demais fatores que possam influenciar a elaboração das propostas, o desenvolvimento dos projetos e a execução da obra.

A vistoria poderá ser realizada em dias úteis, das 9h às 17h, mediante prévio agendamento junto ao setor responsável, conforme orientações constantes no edital.

O licitante que optar por realizar a visita deverá apresentar Declaração de Vistoria, assinada por seu representante legal ou responsável técnico, atestando que tomou conhecimento das condições locais.

Alternativamente, poderá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento das Condições do Local, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições existentes para fins de reequilíbrio econômico-financeiro ou solicitação de aditivos contratuais, ressalvadas as hipóteses legais.

REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O regime de execução adotado será o de Contratação Integrada, abrangendo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a obtenção das licenças necessárias e a execução integral das obras, incluindo montagem, testes e comissionamento, até a entrega final do empreendimento em plenas condições de uso.

A escolha pela Contratação Integrada justifica-se por possibilitar a adoção de novos métodos construtivos e tecnologias, buscando reduzir custos, elevar a qualidade e encurtar o prazo de execução das obras.

Pretende-se que a proponente desenvolva a melhor solução para a execução do escopo contratual, de forma que a Administração se beneficie da expertise do ente privado, aproveitando suas tecnologias, processos de gestão e métodos de produção, adaptados a cada empreendimento, desde que atendam aos parâmetros mínimos definidos neste Termo de Referência.

Diante dos desafios ambientais e econômicos atuais, a Contratação Integrada também se mostra vantajosa por permitir a aplicação de soluções de engenharia diversificadas, inclusive sistemas que priorizam a sustentabilidade ambiental. Tais práticas, além de atenderem aos parâmetros técnicos, proporcionarão benefícios sociais e econômicos duradouros aos futuros beneficiários do serviço.

O critério de julgamento será o de Técnica e Preço, atribuindo-se peso de 60% para a proposta técnica e 40% para a proposta de preço, conforme o art. 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Fundamentação Legal

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve observar:

- Art. 6º, inciso XXI, alíneas “a” e “b” – Enquadramento como serviço especial de engenharia, dada a complexidade da demanda e a necessidade de conhecimento técnico especializado, com possibilidade de soluções inovadoras ou de domínio restrito no mercado;
- Art. 46, inciso V – Permissão para a adoção do regime de contratação integrada, que abrange desde a elaboração dos projetos básico e executivo até a execução da obra, transferindo os riscos para a contratada;
- Art. 5º – Observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público;
- Art. 18, §1º e incisos – Obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como documento preparatório, demonstrando a viabilidade técnica e econômica da solução.

Requisitos da Contratação

A escolha pelo Regime de Contratação Integrada deve privilegiar empresas com experiência comprovada em:

- Obras que exijam execução rápida e coordenada, a fim de evitar prejuízos sociais e contratuais;
- Iniciativas que garantam melhor aproveitamento dos recursos públicos, com desempenho satisfatório e redução de riscos para a Administração;
- Aplicação de soluções inovadoras e metodologias restritas a especialistas do mercado.

A contratação proposta está em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando que a execução do Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso ocorra com qualidade, sustentabilidade, vantajosidade e dentro do prazo contratual, atendendo às obrigações legais e garantindo a continuidade das obras de canalização e controle de enchentes.

Vantagens do Regime de Contratação Integrada

Esse regime proporciona:

- Integração completa entre projeto, execução e atendimento social, reduzindo inconsistências técnicas;
- Possibilidade de soluções construtivas inovadoras que atendam aos requisitos de desempenho e durabilidade;
- Transferência dos riscos técnicos à contratada, evitando custos adicionais para a Administração;
- Cumprimento de prazos críticos, pela execução contínua e sem interrupções entre etapas;

Dada a importância e necessidade de celeridade na execução, a viabilidade técnica depende da escolha de empresa especializada, capaz de garantir agilidade nas decisões, integração dos processos e segurança na entrega. Tais condições são plenamente atendidas pelo Regime de Contratação Integrada, o que o torna a solução mais adequada para a execução do Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso.

ANTEPROJETO DE ENGENHARIA E PARÂMETROS DE DESEMPENHO

Área de intervenção aproximada: 1.313 m².

A edificação deverá contemplar no espaço destinado ao público geral: salas de Nutricionista e Assistente Social, sanitários masculino, feminino e PCD, fraldário, sala administrativa, copa, salas de cursos e loja, contendo espaço para gôndolas de exposição, equipamentos de refrigeração e padaria. E no espaço de serviço: D.M.L., câmara fria e de congelados, refeitório, sala de recebimento de produtos, estoque, vestiários feminino e masculino e docas. A conexão entre os espaços de serviço e de acesso público será feita por meio de escada e elevador de carga.

Deverá ser observado os seguintes parâmetros de desempenho:

- Durabilidade mínima de 30 anos;
- Eficiência energética classe “A” (Procel Edificações);
- Acessibilidade universal (NBR 9050);
- Iluminação natural e ventilação cruzada em ambientes de permanência prolongada.

ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

1. Elaboração de projetos básico e executivo em plataforma BIM, incluindo arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndio, climatização e sustentabilidade.
2. Execução das obras civis, instalações e acabamentos.
3. Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários.
4. Testes, comissionamento e entrega final do empreendimento.
5. Treinamento dos servidores designados para operação e manutenção das instalações.

REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE E NORMAS TÉCNICAS

- Adoção de materiais de baixo impacto ambiental e de fornecedores regionais.
- Implantação de sistema de reaproveitamento de águas pluviais.
- Instalação de painéis fotovoltaicos e dispositivos economizadores.
- Observância das normas ABNT NBR 9050, 15575, 5410, 5626 e demais correlatas.

SUBCONTRATAÇÃO

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições: A subcontratação fica limitada ao percentual máximo de 30% do valor total do contrato, e somente em serviços aderentes ao objeto e serviços principais, tais como levantamentos e projetos, montagem e administração de canteiro de obras, corte e movimentação de solo, manejo de resíduos de construção, estruturas e equipamentos de fornecimentos especiais.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação. Garantia

da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 1. Início da execução do objeto: 07 dias corridos do recebimento da ordem de serviço;
 2. A contratada deverá apresentar em prazo indicado no Cronograma/eventograma, todos os projetos e levantamentos previstos, para aprovação da Administração;
 3. O início da etapa de obras só poderá ser iniciado após a aprovação pela Administração, dos projetos básicos e planilhas de serviços apresentados à Fiscalização;
- Local e horário da prestação dos serviços
 1. Os serviços prévios de elaboração de projetos e demais documentos técnicos serão prestados no endereço do contratado;
 2. Os serviços de execução de obras serão prestados no local da obra, no cruzamento das Rua Utinga e Miguel Ackel – Guarulhos-SP, em horário a ser definido nos termos contratuais.
- Informações relevantes para o dimensionamento da proposta
 1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
 2. O anteprojeto de arquitetura disponibilizado oferece as características mínimas e necessárias para o desenvolvimento dos projetos básicos e executivos, bem como da qualidade esperada da obra, nos materiais aplicados e resultados esperados;
 3. O objeto executado deve refletir as demandas solicitadas para uma unidade de Armazém Solidário, seja por conforto dos usuários, norma de desempenho e leis de necessidades;
 4. A atenção ao prazo de execução deve ser rigorosa posto que a Municipalidade tem urgência em disponibilizar o espaço à população, visto que a demanda por serviços de assistência social é de relevância na área de implantação.
- Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como aquele estabelecido na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado

automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo período de execução das obras.
- A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- Fiscalização Técnica
- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá a legislação pertinente, em especial o Decreto Municipal 33.912/2017.
- Deverá ainda observar os seguintes normativos:
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- ABNT NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

Gestor do Contrato

- O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- A medição e pagamento seguirá o estabelecido em contrato, e será realizada nos moldes previstos no regime de Contratação Integrada.
- A medição será realizada por meio de cumprimento dos itens do cronograma/eventograma, de acordo com os itens previstos no contrato.
- Do recebimento
- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).
- O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- A documentação pertinente deverá ser enviada à fiscalização para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme valores apurados pela fiscalização e gestão.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO.

Regime de Execução

- O regime de execução do contrato será por CONTRATAÇÃO INTEGRADA.

GARANTIAS, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Será exigida garantia contratual de 5% do valor do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A obra deverá possuir garantia mínima de 5 anos após o recebimento definitivo.

A fiscalização será exercida por comissão designada, com fiscais técnico e administrativo, sob coordenação do gestor do contrato, conforme arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.

6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:

() Sim, conforme ANEXO.

(x) Não se aplica

7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia

() Empreitada por preço global

() Empreitada por preço unitário

() Tarefa

() Empreitada integral

(x) Contratação integrada

() Contratação semi-integrada

() Fornecimento e prestação de serviço associado

() Não se aplica

8. Classificação do objeto:

() **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

() **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;

(x) **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

() **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

() **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

() **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

() **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

() **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

() **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

() **outros (especificar)**

9. Participação de Consórcios:

(x) Permitida

() Vedada.

Justificativa da vedação:



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III A

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade:

A região do Bonsucesso é uma das mais populosas, extensas e socialmente sensíveis do município de Guarulhos, concentrando grande número de famílias cadastradas nos serviços socioassistenciais, especialmente aquelas acompanhadas pelas unidades do CRAS e pelos diversos equipamentos públicos instalados no território. Trata-se de um conjunto de bairros caracterizado por alta densidade demográfica, renda média abaixo da média municipal, maior incidência de insegurança alimentar e forte dependência de políticas públicas de proteção social.

A implantação de um armazém social nessa região representa uma solução estruturante e estratégica para o atendimento das demandas sociais locais. Sua importância decorre da capacidade de organizar, centralizar e profissionalizar o armazenamento, a gestão e a distribuição de alimentos, cestas básicas e produtos essenciais destinados à população em situação de vulnerabilidade, contribuindo diretamente para reduzir a insegurança alimentar e melhorar a eficiência da rede de proteção social. Além disso, esse tipo de equipamento funciona como ponto de apoio em situações de emergência ou calamidades, como enxurradas, deslizamentos, enchentes, crises econômicas ou outras situações que demandem resposta rápida do poder público.

O armazém social também possibilita articulação com agricultores familiares e fornecedores regionais, fomentando a economia local e práticas sustentáveis, bem como integração com programas de compras públicas e com a rede socioassistencial, incluindo CRAS, CREAS, Defesa Civil e demais programas municipais de combate à fome e atendimento emergencial.

Nesse sentido, a contratação de empresa especializada para a construção do Armazém Social - Unidade Bonsucesso é necessária, considerando que o porte, a complexidade e as especificidades técnicas da obra demandam mão de obra qualificada, equipamentos especializados e gestão integrada de prazos, custos e controles de qualidade. Tais requisitos não podem ser supridos exclusivamente por equipes próprias do ente executor, tornando indispensável a atuação de empresa com comprovada experiência na construção de armazéns públicos, equipamentos municipais de segurança alimentar, depósitos logísticos, centrais de distribuição ou obras com função equivalente, assegurando qualidade, conformidade legal, segurança estrutural e sustentabilidade social da unidade a ser implantada.

2. Histórico:

A área encontra-se livre e desimpedida para o início das obras. Sua topografia implica na necessidade de movimentações de terra devido sua declividade, de modo a acomodar os patamares das edificações e estacionamentos.

A região apresenta característica geológico-geotécnica favorável à implantação de construções. Embora não exista o registro de cota de inundação, não existe relato de evidência de histórica de enchentes na área ou no seu entorno.

2.1. Tem contrato ou ata de registro de preços vigente?

() Sim, contrato nº ____, vencimento: __/__/__, saldo do contrato: ____

O contrato já foi prorrogado?

() Sim, até __/__/__

() Não

() Sim ARP nº _____, vencimento: ____/____/____, saldo da ata: _____

A ata já foi prorrogada?

() Sim, até __/__/__

() Não

(x) Não há contrato/ ata vigente.

2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente? (Se indicado instrumento vigente no item anterior)

() Sim, por igual período

() Sim, por ____ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo ____.

(x) Não

2.3. Informações sobre estoque existente:

(x) Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

() Não se aplica, pois não é um produto estocável

() Sim, conforme especificado abaixo:

—

3. Soluções existentes no mercado:

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de serviços por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação. Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde serão discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação desta obra.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada na tabela oficial supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU".

4. Relação de dependência com o contrato:

(x) Não se aplica

() Sim, conforme justificativa abaixo:

5. Critério de Sustentabilidade:

À mercê da viabilidade, a solução deve considerar que sua aplicação se dê por meio de planejamento cuidadoso e abordagens sustentáveis para que os impactos ambientais das obras e outros consequentes de sua execução sejam compensados e/ou eliminados.

Para tanto, a contratada deve incorporar às suas atividades e propostas:

- técnicas e sistemas de construção que causem o menor efeito negativo possível no ambiente natural circundante;
- avaliações constantes dos impactos do projeto sobre a fauna e a flora locais;
- materiais e métodos construtivos sustentáveis que minimizem a poluição do ar e da água, o consumo de energia e o aproveitamento de recursos naturais; e
- sistemas projetados e construídos para resistir ao desgaste natural e propiciar monitoramento e manutenção periódicos.

6. Estimativa do valor da contratação:

R\$ 8.153.691,15.

7. Levantamento e análise de riscos:

Os riscos da contratação são os pontos críticos que, em sua simples ocorrência, geram situações adversas ao andamento do contrato e à boa gestão para o recebimento definitivo do objeto. São divididos pela natureza do serviço ao qual se relacionam diretamente e ordenados pelo grau de probabilidade e de impacto em uma escala de 1 a 25, de modo que fiquem evidentes os fatores que merecem maior atenção no decurso do exercício dos serviços. O quadro a seguir ilustra essa relação.

IMPACTO	Muito alto	15	19	22	24	25
	Alto	10	14	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticamente certo
PROBABILIDADE						

Não apenas pelo cenário de dano ao espaço público, mas pelo bem da administração pública, a prestação desses serviços deve prezar pela eficiência e eficácia e colaborar para que a gestão do contrato atenda às prescrições por ele estabelecidas, como prazos, garantias de qualidade, quantidade e recursos financeiros.

8. Definição do objeto:

Contratação integrada de empresa especializada para elaboração dos projetos básico e executivo em metodologia BIM e execução das obras civis Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso, com a construção de edificação de aproximadamente 1313 m², conforme parâmetros de desempenho, normas técnicas e especificações definidas neste Termo de Referência e seus anexos.

9. Justificativa de escolha da solução:

No contexto revelado neste ETP, a solução selecionada como a que mais atende às necessidades é a EXECUÇÃO INDIRETA por meio de contratação de na modalidade de CONCORRÊNCIA, sob o REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, sob o critério de julgamento por TÉCNICA E PREÇO modalidade licitatória essa que contempla a elaboração dos projetos básico e executivo, bem como a execução completa das obras e trabalho técnico social de ocupação e pós-ocupação pela mesma empresa, garantindo maior integração, agilidade e segurança no cumprimento das obrigações contratuais e prazos.

Para tanto, foram avaliadas as alternativas a seguir discriminadas:

a) Alternativa 1 - Execução Direta com Equipe Própria

Descrição: Utilização de equipes e recursos próprios do ente executor.

Desvantagens principais:

- Limitações técnicas e operacionais para execução de obra complexa e em larga escala;
- Inexistência de estrutura interna para elaboração e compatibilização de projetos;
- Alto risco de atraso e descumprimento contratual, com impactos financeiros severos;
- Necessidade de aquisições e mobilizações adicionais que demandariam tempo incompatível com o cronograma.

b) Alternativa 2 - Contratação a preço global

Descrição: Contratação de empreitada a preço global.

Desvantagens principais:

- Ausência de captação de inovações tecnológicas e/ou de domínio restrito do mercado;
- A contratante assume os riscos por lacunas ou imprecisões no projeto executivo;
- A contratante assume os riscos de atrasos que dependam de decisões técnicas decorrentes de fatos supervenientes e imprevisíveis;
- A contratante se responsabiliza pelas compatibilizações das ações de obras e gestão social;
- A contratante assume os riscos de formalização de Termo de Aditamento de Valor decorrente de fato superveniente e imprevisível ao qual nenhuma das partes deu causa.

c) Alternativa 3 - Contratação Integrada de Empresa Especializada (Solução Recomendada)

Descrição: Seleção, via licitação na modalidade concorrência, sob o regime de contratação integrada, pelo critério de julgamento por técnica e preço.

Vantagens:

- Maior integração entre projeto e execução, reduzindo incompatibilidades e retrabalhos;
- Transferência de maior parcela dos riscos técnicos e operacionais para a contratada;
- Redução do prazo total, pela sobreposição de etapas e eliminação de licitações separadas para projeto e obra;
- Garantia de qualidade técnica, por exigir comprovação de capacidade anterior em empreendimentos similares;
- Possibilidade de adoção de soluções inovadoras e economicamente vantajosas pela contratada, desde que atendidos os requisitos de desempenho.
- Operações e ações sociais de ocupação e pós-ocupação sob a gestão e responsabilidade da contratada.

Portanto, o regime de contratação integrada, particularmente sob o critério de julgamento por técnica e preço possibilita que a mesma empresa desenvolva os projetos, execute as obras e a gestão social, assegurando compatibilidade total entre concepção, execução, ocupação e pós-ocupação. Isso minimiza erros de projeto, evita interrupções por ajustes e otimiza a gestão de prazos e pessoas

Além disso, a transferência de riscos para a contratada, característica da contratação integrada, garante maior segurança quanto ao cumprimento dos padrões de qualidade, do cronograma e das exigências contratuais.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

- () Conforme PCA
 (x) De acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual
 () Não, justificar:

11. Estimativas de quantidades:

A relação das quantidades de cada item a ser contratado parte da previsão de insumos e subserviços que compõem o produto da contratação, dados os parâmetros analisados pertinentes à execução dos serviços no local destinado. As estimativas baseiam-se em vistorias expeditas e em contratações prévias de natureza similar cuja intervenção tenha se dado por meio de obras e serviços de engenharia de mesma complexidade.

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

() Parcelamento do objeto (por item), conforme justificativa abaixo:

-

() Agrupamento (formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo:

-

Subcontratação:

(x) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

A subcontratação fica limitada ao percentual máximo de 30% do valor total do contrato, e somente em serviços aderentes ao objeto e serviços principais, tais como levantamentos e projetos, montagem e administração de canteiro de obras, corte e movimentação de solo, manejo de resíduos de construção, estruturas e equipamentos de fornecimentos especiais.

() Não poderá haver subcontratação.

13. Legislação sobre o assunto:

Independente de não ser especificamente citado, na execução dos serviços e no emprego dos materiais, deverá ser obedecido tudo aquilo que estiver regulamentado pelas normas, especificações, métodos e terminologias da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, normas internacionais e de órgãos técnicos competentes.

14. Premissas técnicas:

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência, Contratação Integrada, Técnica e preço, executada pelo regime de empreitada por preço global, para oferecer serviços de infraestrutura e melhorias nas condições de habitabilidade do município.

Os estudos, projetos e obras deverão ser realizados/executados em área localizada na rua Tenry, 175, Bonsucesso, no município de Guarulhos e abrangerá a construção de um Armazém Solidário.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

15. Padronização:

Não se aplica.

16. Indicação de Marca ou Modelo:

Não se aplica.

17. Atividade Acessória:

Não se aplica.

18. Bens de luxo:

() Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública são de qualidade comum, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e se enquadra como bem comum conforme Decreto Municipal 40915/24.

() Os itens se enquadram como bem de luxo conforme Decreto Municipal 40915/24

(x) Não se aplica, pois não se trata de bem de consumo.

19. Princípio da segregação de funções

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(x) Sim, atende os princípios da segregação de função.

() Não, conforme justificativa abaixo:

20. Mapa de risco (matriz de risco), referente a solução escolhida, acerca das ocorrências na contratação:

OBRA: ARMAZÉM SOLIDÁRIO – UNIDADE BONSUCESSO

LOCAL: RUA TENRY, 175

BAIRRO: BONSUCESSO - GUARULHOS - SP

Nº	CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO DO FATOR DE RISCO	CONSEQUÊNCIA DOS RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS E/OU MITIGADORAS	ALOCÇÃO DOS RISCOS
1	AMBIENTAL	Passivos ou irregularidades ambientais não identificadas quando da elaboração do anteprojeto ou ainda cujo fato gerador tenha se materializado após a celebração do contrato.	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
2	AMBIENTAL	Perdas e refazimento de serviços executados por razões climáticas ou ambientais	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
3	AMBIENTAL	Contaminação ambiental decorrente dos processos relativos a execução das obras	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos. Em caso de ocorrência o Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
4	AMBIENTAL	Desastres ambientais	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá adotar medidas preventivas e de monitoramento. Em caso de ocorrência o Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
5	ERROS OU OMISSÕES	Constatação superveniente a contratação de erros ou omissões na proposta comercial apresentada pela contratada	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
6	ERROS OU OMISSÕES	Constatação superveniente a contratação de erros ou omissões na previsão de serviços, levantamentos, anteprojeto ou estimativa de investimentos que impeçam que o empreendimento atinja os requisitos e parâmetros mínimos de performance e qualidade estabelecidos na contratação	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
7	ERROS OU OMISSÕES	Erros, omissões ou atrasos na elaboração dos projetos e/ou execução das obras que impeçam que o empreendimento atinja os requisitos e parâmetros mínimos de performance e qualidade estabelecidos na contratação	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
8	ERROS OU OMISSÕES	Gestão deficiente ou descumprimento de contratos de subcontratados	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
9	ERROS OU OMISSÕES	Necessidade de reconstrução ou reforma de obras entregues com problemas técnicos, incluindo reclamações de pós-ocupação	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Acompanhamento constante do responsável técnico do Contratado e da fiscalização da obra. Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
10	ERROS OU OMISSÕES	Ocorrência de eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos, devido à fatos imputáveis ao construtor.	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Acompanhamento constante do responsável técnico do Contratado e da fiscalização da obra. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado

11	ERROS OU OMISSÕES	Erros, omissões ou alterações de projetos de engenharia relacionadas às soluções propostas pelo Contratado em relação às parcelas do Termo de Referência, incluindo metodologia de execução, e/ou de tecnologia da Proponente, independentemente da autorização e aceite da Administração	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
12	LEGAL	Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças, alvarás e/ou permissões a serem emitidas por autoridades administrativas, exigidas para construção, implantação ou prestação dos serviços objeto do CONTRATO, bem como de eventuais decisões judiciais que suspendam a execução das obras	Atraso no cronograma	O contratado deverá realizar o monitoramento e atendimento de eventuais exigências junto aos órgãos responsáveis. A administração adequará o cronograma em função dos atrasos, desde que o monitoramento esteja evidenciado através de protocolos, acompanhamentos e cobranças	Contratado Administração
13	LEGAL	Responsabilidade civil, administrativa, ambiental e penal por danos que possam ocorrer a terceiros, ou causados por terceiros, sejam estes pessoas que trabalhem para a CONTRATADA, seus empregados, prepostos, terceirizados ou empresas subcontratadas, durante a implantação do objeto do CONTRATO;	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
14	LEGAL	Acidentes causados aos trabalhadores na obra ou decorrente das estruturas de obras, incluindo responsabilidade penal	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Cumprimento das normas de segurança, fornecimento e utilização de EPI's, acompanhamento da obra por um Engenheiro de Segurança, pelo responsável técnico e fiscalização da obra. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
15	TÉCNICO	Solução de engenharia ou produtividade da contratada permite a antecipação da conclusão das obras	Atraso no cronograma	O contratado apresentará proposta à administração que, se aceita, garantirá os recursos financeiros necessários	Contratado / Administração
16	TÉCNICO	Esgotamento de bota-fora ou jazida, após a contratação	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá localizar novo bota-fora / jazida licenciado Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado
17	TÉCNICO	Situações que configurem caso fortuito ou força maior como, por exemplo, furtos, roubos, depredações, etc. Necessidade de refazimento de projetos devido a ocorrência.	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
18	TÉCNICO	Acréscimo de serviços devido à condições geológicas não identificadas quando da elaboração das sondagens que subsidiaram o anteprojeto	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
19	TÉCNICO	Descoberta arqueológica ou outras interferências com patrimônio cultural	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma Aumento de custo devido à necessidade de realizar serviços não previstos na planilha estimativa de custos	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Contratada deve adequar estrutura administrativa local aos valores recebidos conforme critérios de medição e pagamento de administração local. Aplicação de solução de engenharia e possibilidade de elaboração de aditivo de adequação de planilha e/ou acréscimos de valor	Contratado / Administração Contratado Contratado
20	TÉCNICO	Os riscos decorrentes dos fatos supervenientes à contratação associados às soluções previstas no anteprojeto	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
21	TÉCNICO	Solicitação da administração quanto a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma A administração avaliará a pertinência de um eventual ajuste contratual dentro dos limites da lei, mediante análise técnica, jurídica e financeira.	Contratado / Administração Administração
22	TÉCNICO	Atraso no início das obras por fatos não imputáveis ao contrato.	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma A administração avaliará a pertinência de um eventual ajuste contratual dentro dos limites da lei, mediante análise técnica, jurídica e financeira.	Contratado / Administração Administração
23	TÉCNICO	Atraso nos serviços afetos às concessionárias	Atraso no cronograma	O contratado deverá realizar o monitoramento e cobrança junto aos órgãos responsáveis A administração adequará o cronograma em função dos atrasos, desde que o monitoramento esteja evidenciado através de protocolos, acompanhamentos e cobranças.	Contratado Administração
24	TÉCNICO	Impossibilidade de emissão do termo de aceitação, recebimento das obras e encerramento	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Antecipar providências para sanar as causas. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
25	TÉCNICO	Acidentes ou quebra de máquinas e veículos, incluindo eventuais danos às instalações do canteiro de obras ou terceiros	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Adoção de plano de manutenção preventiva e corretiva. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
26	TÉCNICO	Problemas associados à interrupção ou desvio do trânsito	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá propor plano de ataque da obra e simular condições operacionais. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado
27	TÉCNICO	Negligência, imperícia ou imprudência de pessoas que trabalhem para a CONTRATADA, sejam empregados, terceirizados, ou de empresas subcontratadas;	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar solução de engenharia para sanar a questão. Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado

28	FINANCEIRO	Riscos inerentes à prestação adequada dos serviços objeto do CONTRATO, incluindo, entre outros, investimentos, custos ou despesas adicionais necessárias para consecução do objeto em função das normas técnicas, regras contratuais, falhas, negligência, inépcia ou de omissão.	Aumento de custo por atraso de cronograma	Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado
29	FINANCEIRO	Variação dos custos de empréstimos, financiamentos, insumos, operacionais, de manutenção, de compra, de investimentos, capital, câmbio, dentre outros	Aumento de custo por atraso de cronograma	Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado
30	FINANCEIRO	Tratamento contábil e tributário das parcelas relativas às medições mensais e /ou alteração da legislação referente aos tributos sobre a renda e o lucro;	Aumento de custo por atraso de cronograma	Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado
31	FINANCEIRO	Estimativa incorreta do valor dos investimentos a serem realizados	Aumento de custo por atraso de cronograma	Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado
32	FINANCEIRO	Custos diretos e indiretos da solução de invasões dos imóveis que se encontrarem sob sua posse bem como de todos os prazos judiciais e extrajudiciais decorrentes da solução adotada	Atraso no cronograma Aumento de custo por atraso de cronograma	Contratado deverá apresentar proposta, para avaliação da administração, quanto a eventual adequação do cronograma Seguro risco de engenharia (ou específico) do contratado	Contratado / Administração Contratado

21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):

Nome: Raphael Guardabassi Guerrero

Cargo: Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana

Código funcional: 53358

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.

Documento assinado eletronicamente por **Raphael Guardabassi Guerrero, Secretário**, em 22/04/2026, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4444613** e o código CRC **0C646EAC**.



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III B

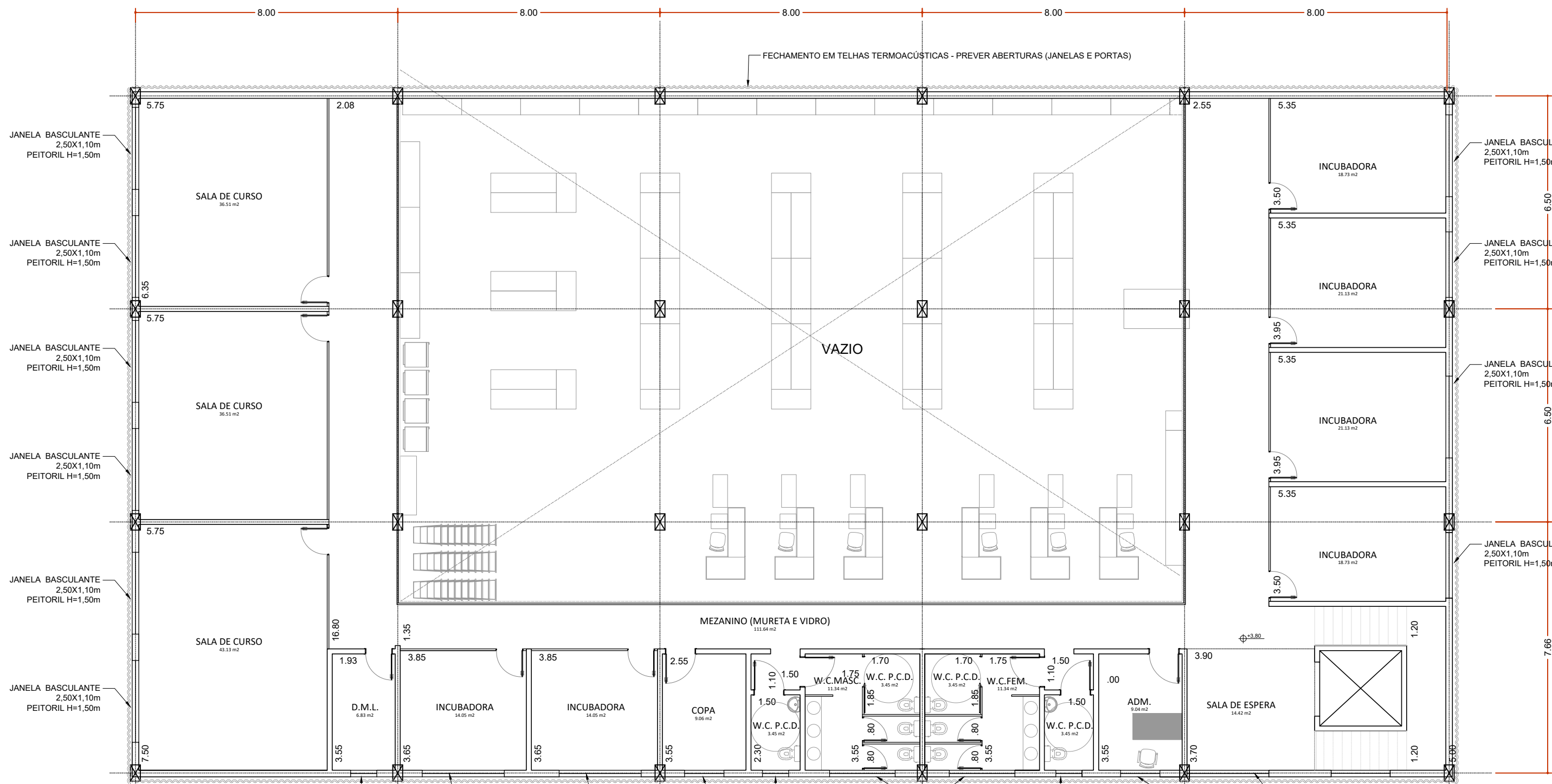
ANTEPROJETO

TERRENO 02

BONSUCESSO

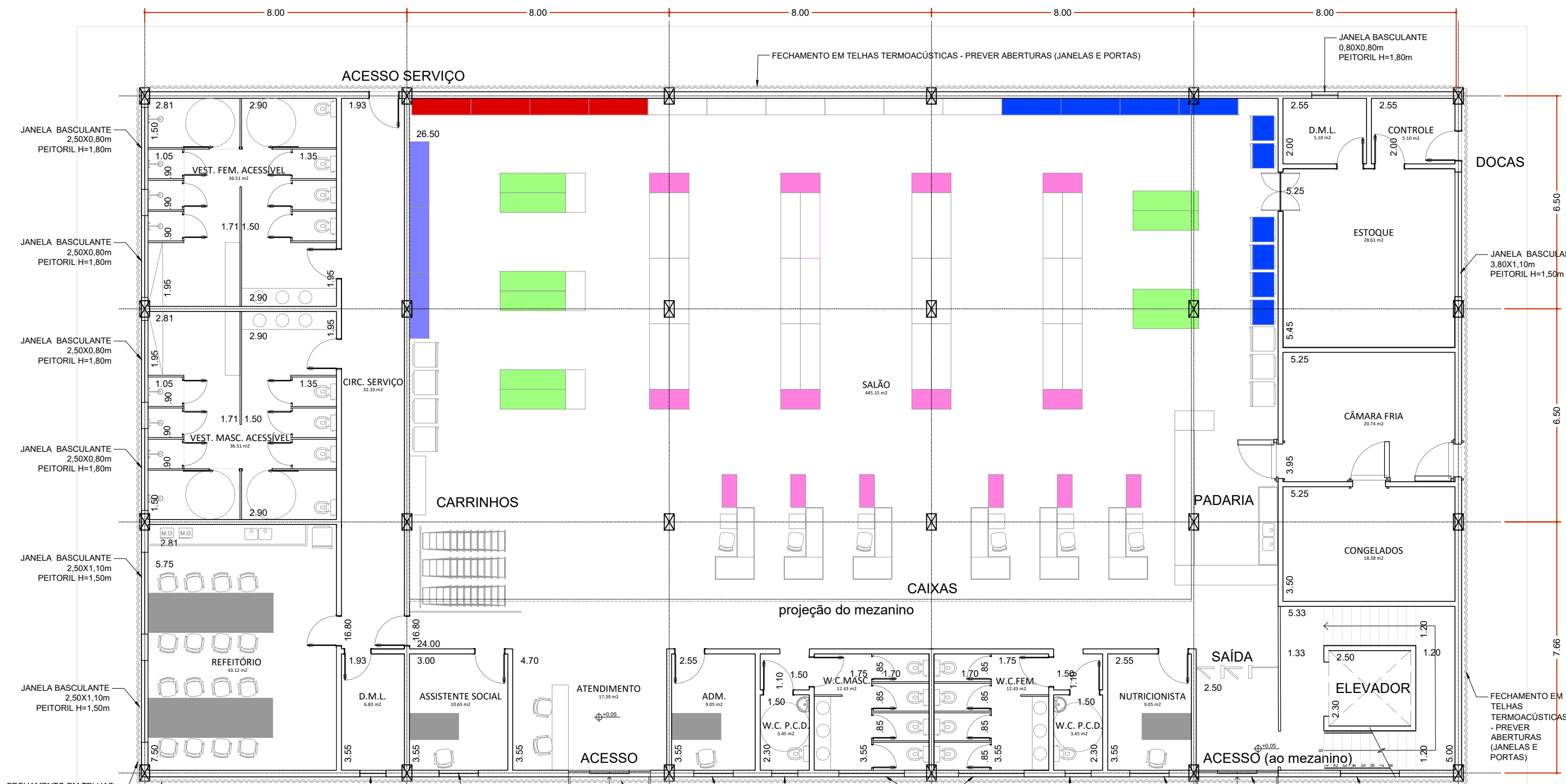
LEGENDA

PADARIA	BEBIDAS	GÔNDOLAS	OPERACIONAL / SERVIÇOS
FRIOS / CONGEL. / LATICÍNIOS	DOAÇÕES	HORTIFRUTI	DIVERSOS
GRÃOS			



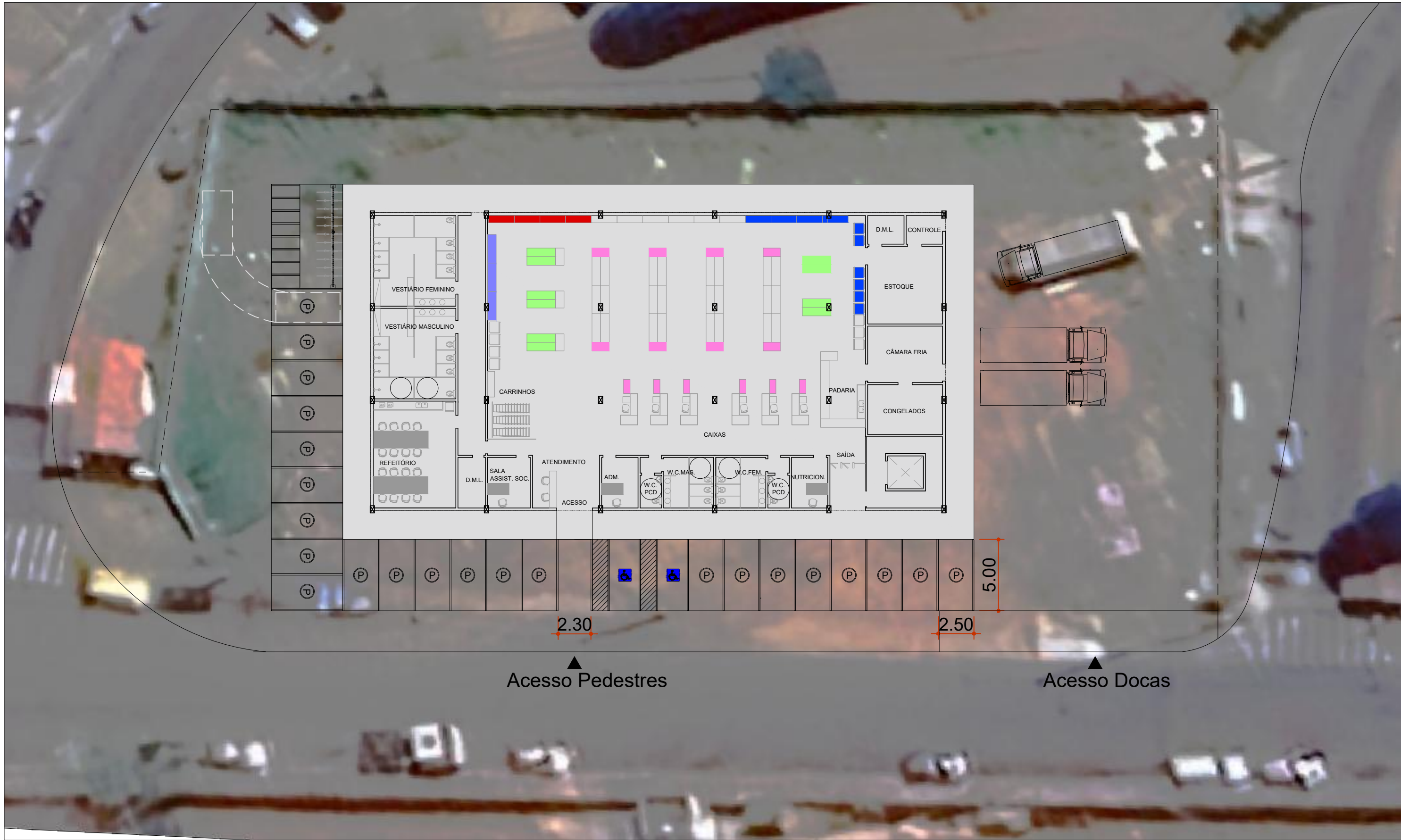
PLANTA BAIXA - PISO MEZANINO (472 m²)

ESCALA 1/125



PLANTA BAIXA - TÉRREO (841m²)

ESCALA 1/125




PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

ESCALA 1/250

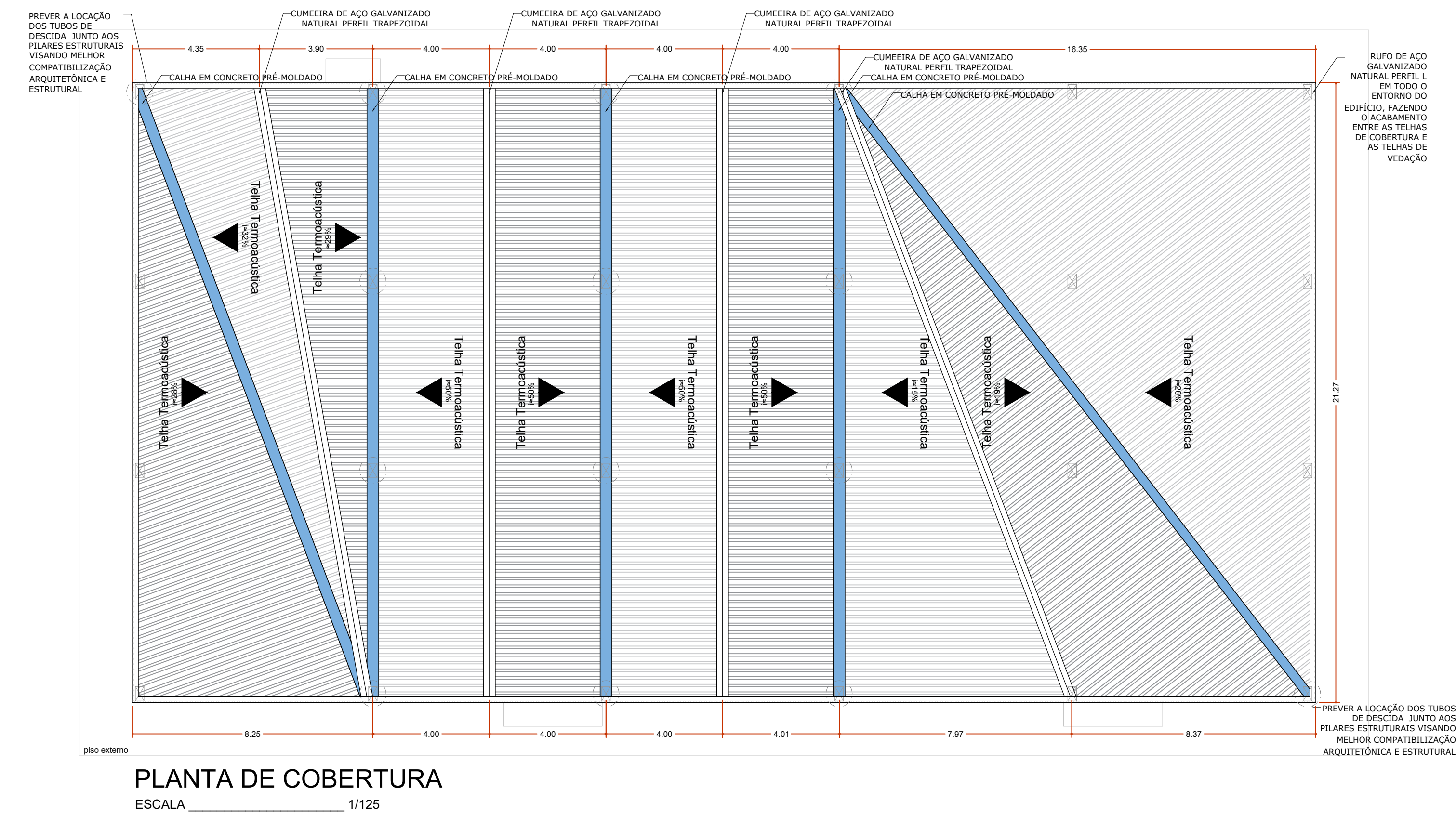
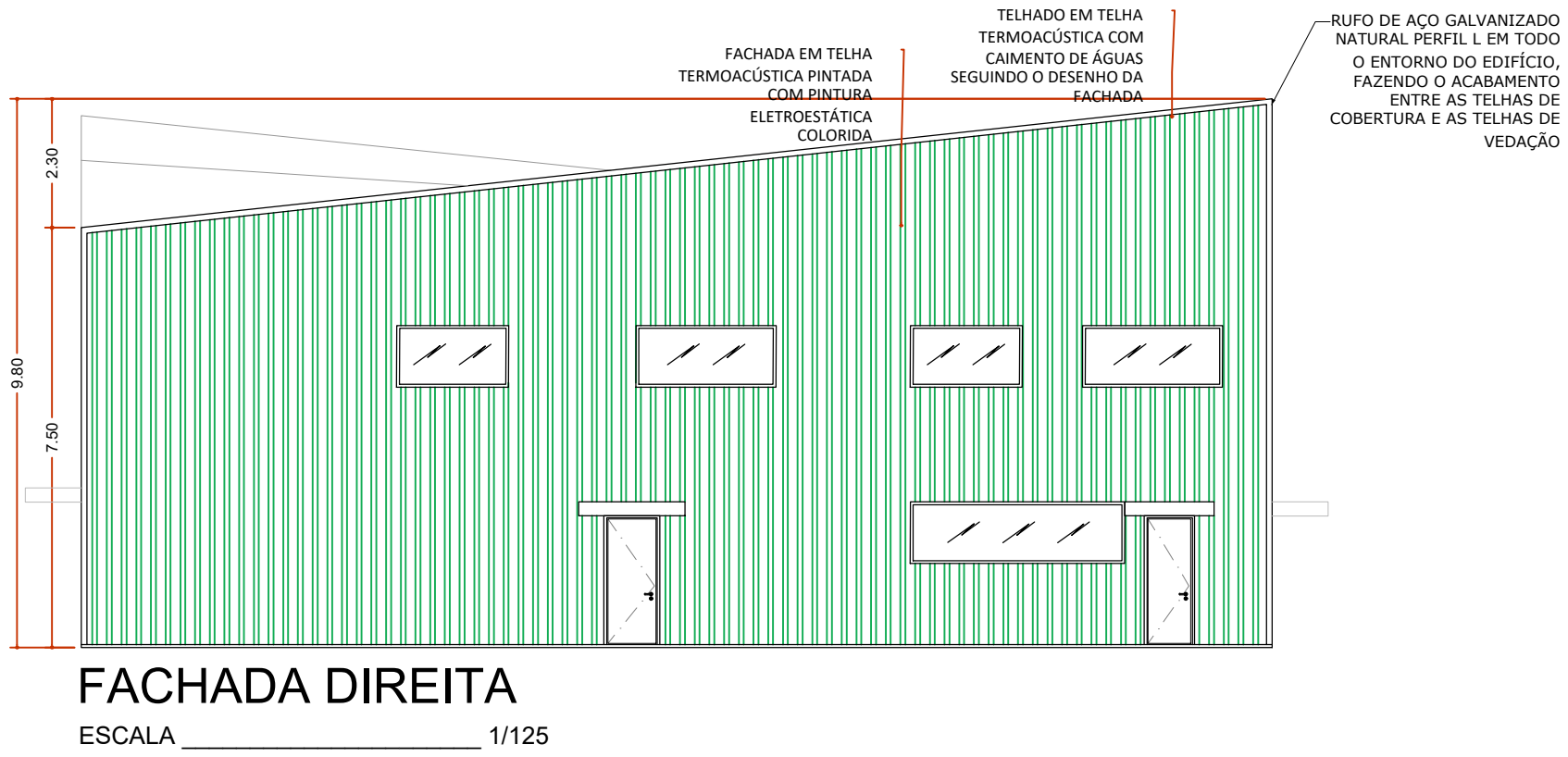
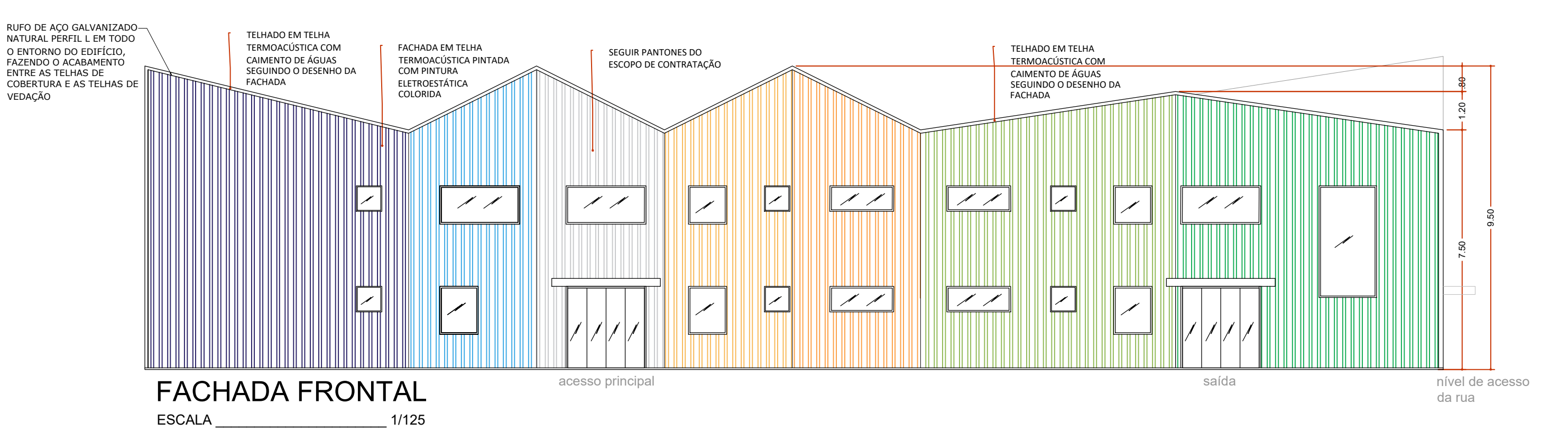
OBSERVAÇÕES:

- TERRENO COM DESNÍVEL SUAVE E EXISTÊNCIA DE TALUDES PRÓXIMOS AOS MUROS DE DIVISA.
- 25 VAGAS DE VISITANTES (CALÇADA), SENDO 02 PARA PCD CONFORME NORMAS VIGENTES.
- 09 VAGAS PARA MOTOS DE VISITANTES E UM BICICLETÁRIO.
- DOCAS PARA CAMINHÕES COM ACESSO INDEPENDENTE.
- IMPLANTAÇÃO:**
 - CONSIDERANDO AS CARACTERÍSTICAS TOPOGRÁFICAS DO TERRENO E A EXISTÊNCIA DE RESTRIÇÕES LEGAIS INCIDENTES, A IMPLANTAÇÃO APRESENTADA DEVERÁ SOFRER OS NECESSÁRIOS AJUSTES NA FASE DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO EXECUTIVO. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ PROCEDER À VERIFICAÇÃO, COMPATIBILIZAÇÃO E ATENDIMENTO DE TODAS AS LIMITAÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS APLICÁVEIS, INCLUINDO FAIXAS *NON AEDIFICANDI*, RECUOS E ÁREAS DESTINADAS A FUTUROS ALARGAMENTOS VIÁRIOS. TAIS ADEQUAÇÕES DEVERÃO SER CONSIDERADAS PELA EMPRESA CONTRATADA, NÃO IMPLICANDO EM ALTERAÇÃO DE ESCOPO OU ACRÉSCIMO DE CUSTOS PARA A ADMINISTRAÇÃO.
- SALÃO E DEPÓSITO:**
 - NECESSÁRIO INSTALAÇÃO DE VENTILADORES.
 - PREVER PONTOS DE TOMADAS E REDE PARA CÂMERAS DE SEGURANÇA.
- ENTRADA:**
 - PONTO DE TOMADA PARA CADA CATRACA.
 - PONTO DE TOMADA E REDE PARA CADA BALCÃO DE ATENDIMENTO.
- CAIXAS:**
 - PONTO DE TOMADA E REDE PARA CADA CAIXA.
- ÁREA DOS REFRIGERADORES:**
 - PONTOS DE TOMADAS.
- PADARIA:**
 - PONTOS DE TOMADAS ESPECÍFICA, ÁGUA E DRENO PARA FORNO.
 - PONTOS DE TOMADAS, ÁGUA E DRENO PARA OS EQUIPAMENTOS.
 - INSTALAR EXAUSTOR INDUSTRIAL.
- DML:**
 - INSTALAÇÃO DE TANQUE E PONTOS DE TOMADAS.
- CÂMARA FRIA:**
 - EXECUÇÃO DE ELÉTRICA E DRENO PARA CADA CÂMARA.
 - NECESSÁRIO RALO EM FRENTE A PORTA DO LADO DE FORA DA CÂMARA.

 <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS</div> <div>SECRETARIA DE OBRAS</div>		
OBJETO: ESTUDO PRELIMINAR		
TÍTULO: ARMAZÉM SOLIDÁRIO		
LOCAL : R. TENRY, 175 - GUARULHOS - SP		
TERRENO 02 - BONSUCESSO		
AUTOR: PREFEITURA DE GUARULHOS		
ESCALA: INDICADA	CONCEPÇÃO E DESENHO: ARQ. FABIANA NAKANO - CAU/SP A1106465 ARQ. MARILZA DE JESUS - CAU/SP A1332449 ARQ. TALITHA LACERDA - CAU/SP A2546868	FOLHA: 01/02
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ENG. RAPHAEL GUARDBASSI GUERRERO SEC. ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA URBANA CREA/SP 5062986173	DATA: JANEIRO/2026
		REVISÃO: 01

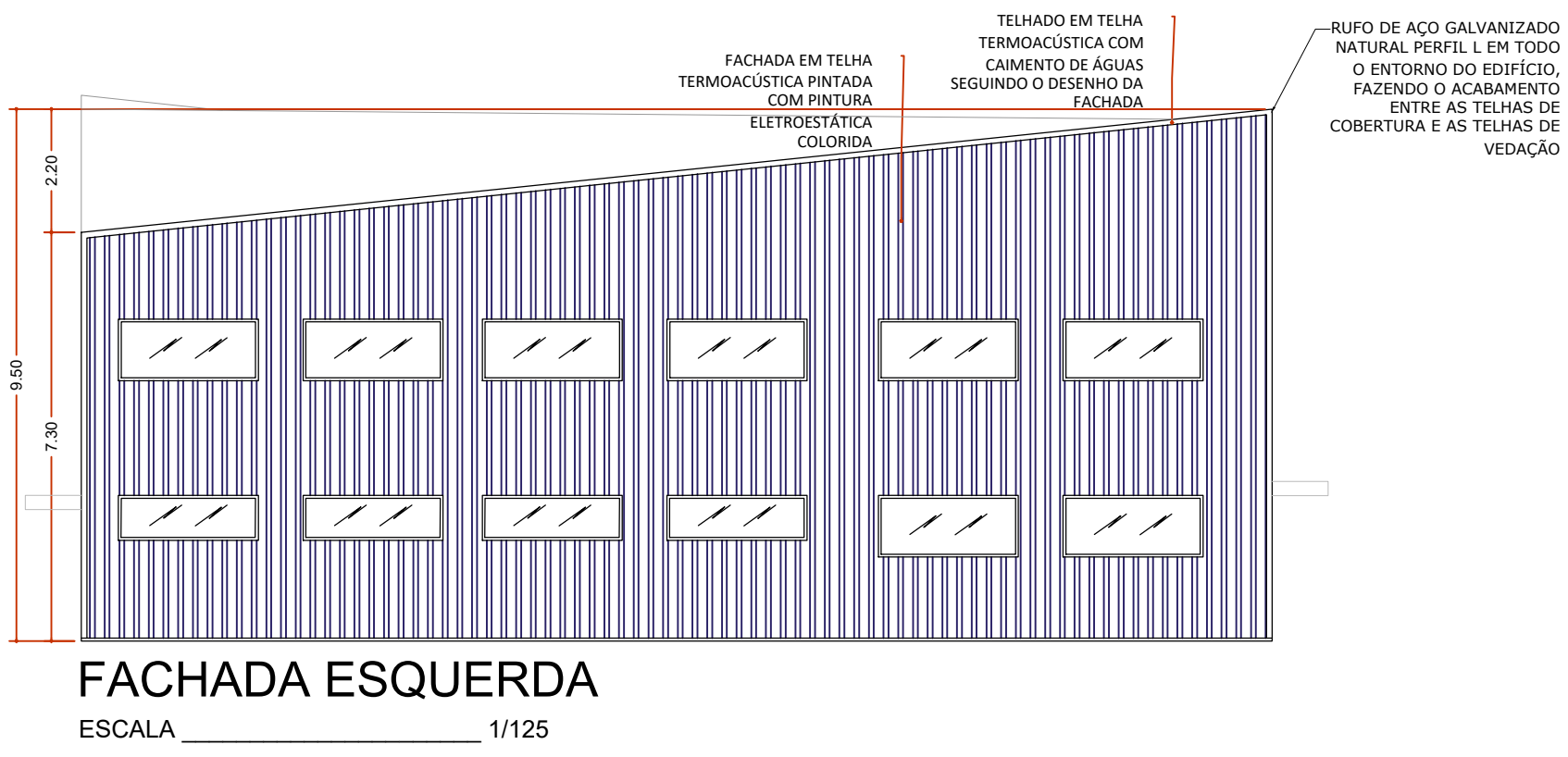
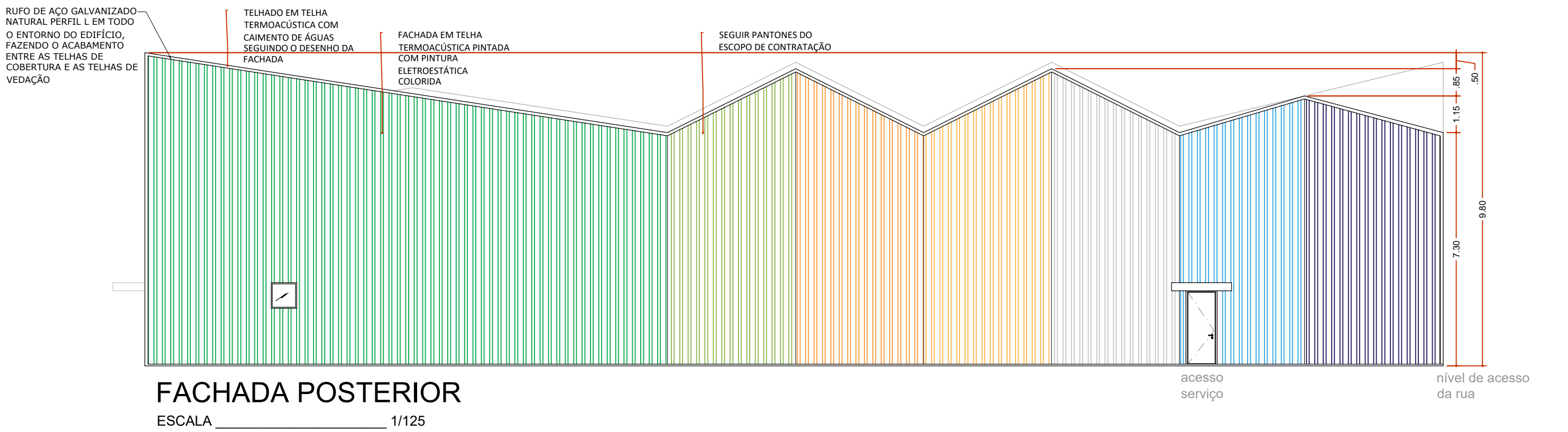
TERRENO 02


BONSUCESSO



REFERÊNCIA DE FACHADA

SEM ESCALA



 <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS</div> <div>SECRETARIA DE OBRAS</div>		
OBJETO: ESTUDO PRELIMINAR		
TÍTULO: ARMAZÉM SOLIDÁRIO		
LOCAL : R. TENRY, 175 - GUARULHOS - SP		
TERRENO 02 - BONSUCESSO		
AUTOR: PREFEITURA DE GUARULHOS		
ESCALA: INDICADA	CONCEPÇÃO E DESENHO: ARQ. FABIANA NAKANO - CAU/SP A1106465 ARQ. MARILZA DE JESUS - CAU/SP A1332449 ARQ. TALITHA LACERDA - CAU/SP A2546868	FOLHA: 02/02
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ENG. RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO SEC. ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA URBANA CREA/SP 5062986173	DATA: JANEIRO/2026
		REVISÃO: 01



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV - EVENTOGRAMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1123.2025/0001348-0
OBJETO: ARMAZÉM SOLIDÁRIO BONSUCESSO
LOCAL: RUA TENRY, 175
BAIRRO: BONSUCESSO

EVENTOGRAMA

ITEM	SERVIÇOS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
1	ARMAZÉM SOLIDÁRIO	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,74
		8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
TOTAL NO MÊS		714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,73	714454,74
TOTAL ACUMULADO		714454,73	1428909,46	2143364,19	2857818,92	3572273,65	4286728,38	5001183,11	5715637,84	6430092,57	7144547,30	7859002,03	8573456,77

RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO
SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA URBANA
ART 2620252319049



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV A - BDI


COMPOSIÇÃO DE BDI - SEM DESONERAÇÃO

SIGLA	ITENS	PORCENTAGEM
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,62%
G	GARANTIAS + SEGURO	1,00%
R	RISCO	1,15%
L	LUCRO	6,70%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,18%
I	TRIBUTOS	8,65%

$$BDI = \frac{(1 + AC + G + R) \times (1 + L) \times (1 + DF)}{1 - I} - 1$$

BDI TOTAL:	25,00%
------------	--------

Obs. 1: Fórmula de cálculo do BDI de acordo com o Acórdão 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU).
Obs. 2: Tributos compostos por PIS (0,65%), Cofins (3,00%) e ISS da Prefeitura Municipal de Guarulhos (5,00%), em conformidade com a Lei n.º 8.045, de 15 de setembro de 2022.

Documento assinado digitalmente
 **RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO**
Data: 06/01/2026 11:18:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO
SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA URBANA
ART 2620252319113



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV B - ACORDÃO 2622/2013-TCU

ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUNTEÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%
TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA			LUCRO					
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%			1,23%			1,39%		
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%			1,11%			1,21%		
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%			0,99%			1,17%		
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%			1,07%			1,11%		
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%			1,02%			1,33%		
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS									
PARCELA DO BDI		1ºQuartil		Médio		3º Quartil			
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,50%		3,45%		4,49%			
SEGURO + GARANTIA		0,30%		0,48%		0,82%			
RISCO		0,56%		0,85%		0,89%			
DESPESA FINACEIRA		0,85%		0,85%		1,11%			
LUCRO		3,50%		5,11%		6,22%			

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do

orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos :

Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
VALMIR CAMPELO

na Presidência

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral, em exercício



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE FINANÇAS

SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Divisão Técnica de Contratações

Seção Técnica de Gestão Administrativa de Contratos

Contrato de Prestação de Serviços

* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

CONTRATADA:**CÓDIGO:****PROCESSO:** 1123.2025/0001348-0**OBJETO:** Elaboração dos projetos básico e executivo em metodologia BIM e execução das obras civis Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso.**1. PREÂMBULO**

1.1 PARTES: MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de Infraestrutura Urbana, Sr. _____**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à _____ - CEP _____, Fone: (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

1.2 FUNDAMENTO: Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Concorrência nº _____-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES

2.1 NATUREZA DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a elaboração dos projetos básico e executivo em metodologia BIM e execução das obras civis Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso, conforme indicado no Eventograma e Termo de Referência/Memorial Descritivo.

2.2 REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **contratação integrada**, na forma do artigo 46, inciso V, da Lei nº. 14.133/21.

2.3 CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

2.4 É parte integrante dos serviços:

- a) O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos no Eventograma e demais anexos;
- b) O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
- c) O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;
- d) Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme solicitação e modelo a ser fornecido pela fiscalização;
- e) Instalação do canteiro de obras;
- f) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

g) A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do Termo de Referência, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

2.5 Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do Eventograma, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados nas tabelas referenciais conforme indicado no edital originário, e mantidas as mesmas condições da licitação.

2.5.1 Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo entre as partes, retroagindo-se à data base da planilha de quantitativos e preços máximos da CONTRATANTE.

2.6 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

2.7 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) **designou como Gestor e Fiscal** deste contrato os servidores da **Secretaria de Infraestrutura Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

3. PRAZOS

3.1 VIGÊNCIA CONTRATUAL: iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

3.2 EXECUÇÃO: o prazo total será de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos nos termos da Lei Federal 14.133/21.

3.2.1 Na prorrogação de execução, a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência, para apostilar o ato.

3.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, onde a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, com as devidas justificativas, para a formalização do ato, no prazo de até 30 (trinta) dias da ordem de reinício.

3.3.1 Verificada a ocorrência do disposto no item acima, durante a execução das obras, por mais de 1 (um) mês, a Unidade Gestora deverá divulgar, no site oficial da CONTRATANTE e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, em atendimento ao § 6º do art. 115, da Lei Federal 14.133/21.

4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

4.1 VALOR: O valor estimado deste Contrato é de **R\$ (____)**.

4.2 RECURSOS: A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

0910.1545100111.007.07.1000356.449051.0837

4.3 FORMA DE PAGAMENTO: deverão ser observadas as seguintes condições:

a) Os serviços serão medidos considerando o Eventograma integrante do contrato e o cronograma. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios mensais previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços.

b) A não apresentação do relatório resultará no cancelamento da medição respectiva, que a considerará "medição zero" sendo os serviços medidos transferidos para a medição seguinte;

c) Aferida e aprovada a medição, nos termos da cláusula 5.2, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, com prazo de pagamento de **até 30 (trinta) dias**, a qual deverá ser devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato, se cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado das provas de regularidades de habilitação e comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato.

d) A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.

e) Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em www.guarulhos.sp.gov.br

f) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

g) Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

h) Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria de Finanças da CONTRATANTE, que processará o pagamento.

i) O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela contratada;

j) O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local, se aplicável.

k) Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento dos serviços.

l) Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.

m) No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

$I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

4.4 REAJUSTAMENTO: O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado pela **FGV IBRE – Índice Nacional de Custo da Construção - M (INCC-M)**, **Item - Materiais, Equipamento e Serviços**, que mede o custo do objeto.

4.4.1 O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

4.4.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

4.5 Demais condições para aferição/medição dos serviços são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

5. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 10 (dez) dias após a assinatura deste Contrato**, os seguintes documentos:

a) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, com base no valor total do contrato e ARTs e/ou RRTs dos corresponsáveis pelas áreas de atuação, quitada(s) nos

termos da Resolução nº 1.025/09 – CONFEA e da Resolução Normativa CFA nº 337/2006 devidamente recolhida, para figurar no processo licitatório e ordem de início dos serviços.

b) Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 7 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

5.1.1 A fiscalização terá **até 03 (três) dias** para analisar os documentos entregues e emitir a competente ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

5.1.2 A ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO deverá ser retirada pela CONTRATADA em **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação pela Administração que poderá ser feita por ofício e/ou e-mail.

5.1.3 O prazo para início da execução será de **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Início dos Serviços.

5.1.4 A CONTRATADA deverá inscrever a obra (objeto da licitação) no CADASTRO NACIONAL DE OBRAS (CNO) da Receita Federal do Brasil (RFB), no prazo de **até 30 (trinta) dias** após a assinatura do Contrato, se aplicável, conforme instrução específica para o caso.

5.2 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.2.1 Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

a) provisoriamente, em **até 10 (dez) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, referente à parcela medida;

b) definitivamente, em **até 10 (dez) dias do recebimento provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, referente à parcela medida, com a devida emissão da Nota Fiscal.

c) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.2.2 Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

5.2.3 As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

5.2.4 A totalidade dos serviços objeto do contrato será recebida definitivamente, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, de **até 90 (noventa) dias** da expedição do Recebimento Provisório, pela Secretaria de Infraestrutura Urbana.

5.2.5 O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e não haja quaisquer pendências de ajustes contratuais.

5.2.6 Com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dar-se-á por extinto o presente contrato.

6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

6.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Memorial Descritivo;

c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

e) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;

f) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data do protocolo devidamente instruído.

- g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:
- a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

6.2 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.
- b)** O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- c)** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- a)** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.2.3, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;
- h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;
- i)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- j)** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- k)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- l)** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m)** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- n)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o)** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere.
- p)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q)** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- r)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);
- s)** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);
- t)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- u)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.
- v)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- w)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- x)** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- y)** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- z)** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- aa)** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- bb)** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

6.3 O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração, o qual permanecerá no local dos serviços para dar execução à CONTRATADA, nas condições por esta fixada.

6.4 A ausência do responsável técnico ou de preposto no local da obra implicará sua anotação no livro diário e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

6.5 A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/2.006 e Decreto Municipal nº. 25.754/2.008 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

6.6 Na primeira reunião de trabalho com a fiscalização da obra, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho relativo ao uso racional dos materiais utilizados e a destinação dos resíduos da construção, visando seu reaproveitamento na própria obra ou seu envio às usinas de reciclagem autorizadas pela administração.

6.7 O plano de utilização racional dos materiais empregados na obra e de destinação sustentável dos resíduos produzidos deverá ser elaborado de forma que seja absorvido pelos valores pactuados entre as partes quando da celebração do contrato.

6.8 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

6.9 As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

6.10 Na execução dos serviços obrigar-se-á a CONTRATADA a manter com o fiscal designado, um Diário de Ocorrências para anotações de ordens, recomendações, faltas, defeitos observados, atrasos, etc.

6.11 A CONTRATADA obrigar-se-á, ainda, a tomar conhecimento diário através de seu representante, das observações feitas no Diário e regularizar as faltas ou defeitos observados.

6.12 Obrigar-se-á a CONTRATADA as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

6.13 Obrigar-se-á a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

6.14 Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à extinção contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

6.15 Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

6.16 Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

6.17 Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

6.18 A realização de ensaios e testes, quando necessários, correrá por conta da CONTRATADA.

6.19 Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.

6.20 A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

6.21 A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

6.22 As partes responderão por perdas e danos pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais, além de outras cominações definidas na legislação em vigor.

6.23 Será efetuada pela CONTRATANTE fiscalização durante a execução dos serviços, por um ou mais engenheiros por ele credenciados, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle, coordenação e fiscalização.

6.24 Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis.

6.25 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.26 Somente serão executados os serviços imprevistos que tenham sido prévia e expressamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE, e, após o competente TERMO DE ADITAMENTO ao Contrato, observado o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e alterações, desde que verificada a disponibilidade orçamentária.

6.27 A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

6.28 Demais responsabilidades são aquelas constantes no **Termo de Referência**.

7. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

7.2 Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 ADVERTÊNCIA, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 7.2.4;

7.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 7.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 7.2.4;

7.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 7.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "d" do item 7.2.4;

7.2.4 MULTA, aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 7.8;
- d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 7.1

acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 7.8.

7.2.5 Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.2.6 A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 7.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

a) 06 (seis) a 12 (doze) meses nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 7.8;

b) 13 (treze) a 18 (dezoito) meses nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 7.8;

c) 19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 7.8;

7.2.7 A aplicação da penalidade prevista nos itens 7.2.2 e 7.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

7.2.8 Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 7.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.3 A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

7.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

7.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 7.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 7.8.

7.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

7.6.1 Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

7.6.2 Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou

sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

7.6.3 Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 7.2.8.

7.7 Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

7.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9 A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

7.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.11 O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

7.12 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.12.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.13 A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 DA GARANTIA CONTRATUAL: A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ (____), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a **5%** do valor total do Contrato, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

8.1.1 A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

8.1.2 A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

8.1.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os

períodos de suspensão contratual.

8.1.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.1.5 Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

8.1.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

8.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

8.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

8.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

8.4.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

8.5 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

8.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

8.7 A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestaram para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

8.7.1 A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

8.7.2 A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 30% do valor total do contrato.

8.7.3 Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

8.8 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.8.1 A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

8.9 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.10 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

8.11 Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

8.12 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.13 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.14 A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

8.15 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.16 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.17 A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.18 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

8.19 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.20 A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

8.21 No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência originária, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

8.22 FORO: As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário de Infraestrutura Urbana

RAZÃO SOCIAL

Nome:

Cargo:

MINUTA

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Infraestrutura Urbana)****CONTRATADO:****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2026****OBJETO: Elaboração dos projetos básico e executivo em metodologia BIM e execução das obras civis Armazém Solidário – Unidade Bonsucesso.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

Responsáveis que assinaram o ajuste:**Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome:

Cargo:

CPF:

(*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 08/06/2026, às 09:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4865637** e o código CRC **FC94E51E**.

MINUTA